



INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO

2011

GOVERNO DO BRASIL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Dilma Vana Roussef

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Fernando Haddad

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS

Solange Maria da Rocha

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Monique de Mattos Couto



INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO

2011

Comissão Responsável

Adriano Carmelo Vitorino Zão	Professor da disciplina História do Ensino Fundamental Noturno e Ensino Médio do Colégio de Aplicação do INES.
Alex Curione de Barros	Professor da disciplina LIBRAS do Colégio de Aplicação do INES.
Arlindo Madela Mesquita	Aluno do Ensino Médio do Colégio de Aplicação do INES e Presidente do Grêmio Estudantil do INES - GINES
Carla Maria Koman de Figueiredo Freitas	Assistente de Alunos do Colégio de Aplicação do INES.
Eli da Penha Motta	Mãe de aluno do Colégio de Aplicação do INES
Jéssica Paula de Magalhães Ferreira	Técnico em Assuntos Educacionais Divisão Sócio Psicopedagógica do Colégio de Aplicação do INES
Joyce Lys Saback N. de Sá	Professora e Coordenadora Pedagógica do Colégio de Aplicação do INES
Luciana Andrade Pais Rosa	Professora da Educação Infantil do Colégio de Aplicação do INES
Márcia Regina Gomes	Professora do Centro de Atendimento Alternativo Florescer do Colégio de Aplicação do INES
Monique Couto de Mattos	Professora e Diretora do Colégio de Aplicação do INES - Departamento de Educação Básica
Rita de Cássia Harumi Nacajima Pinto	Professora e Assessora da Direção Geral do INES
Susana Oliveira de Carvalho	Mãe de aluno do Colégio de Aplicação do INES
Valdo Ribeiro da Nóbrega	Assessor da Direção Geral do INES
Valécia de Oliveira Santos da Silva	Professora da Divisão de Formação e Capacitação de Recursos Humanos, Departamento de Desenvolvimento Humano Científico e tecnológico do INES
Yrlla Ribeiro de O. Carneiro da Silva	Professora do Ensino Superior e Coordenadora Pedagógica do Curso Bilíngue de Pedagogia do INES

Um agradecimento especial à professora Dalva Alves do Santos Filha, por sua inestimável parceria na construção desse Projeto Político Pedagógico.

Sumário

APRESENTAÇÃO DA DIRETORA GERAL	7
INTRODUÇÃO	7
HISTÓRICO	8
<i>Do INES</i>	<i>8</i>
<i>Do Projeto Político Pedagógico</i>	<i>10</i>
FUNDAMENTOS	12
<i>Éticos-Políticos</i>	<i>12</i>
<i>Epistemológicos</i>	<i>12</i>
<i>Didático-Pedagógico</i>	<i>13</i>
ORGANIZAÇÃO ESCOLAR	15
<i>Organograma da escola</i>	<i>15</i>
<i>Dimensão física</i>	<i>17</i>
<i>Recursos Humanos</i>	<i>19</i>
<i>Corpo Discente</i>	<i>19</i>
<i>Formas de acesso e permanência</i>	<i>20</i>
<i>Frequência</i>	<i>20</i>
<i>Calendário</i>	<i>20</i>
<i>Organização e funcionamento dos turnos</i>	<i>21</i>
<i>Composição das turmas</i>	<i>21</i>
DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL	22
AVALIAÇÃO	30
<i>Diagnóstico educacional: acompanhamento e resultados</i>	<i>30</i>
<i>Instrumentos de avaliação</i>	<i>30</i>
<i>Conselho de classe</i>	<i>33</i>
<i>Boletim</i>	<i>30</i>
<i>Aprovação e Promoção</i>	<i>33</i>
<i>Recuperação da aprendizagem</i>	<i>33</i>
<i>Reprovação</i>	<i>34</i>

<i>Repetência</i>	34
ORGANIZAÇÃO DA AÇÃO EDUCATIVA	35
PROPOSTA CURRICULAR	40
DISPOSIÇÕES GERAIS	59
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	63
ANEXOS	66

I. INTRODUÇÃO

As profundas transformações no mundo do trabalho, o intenso desenvolvimento científico e tecnológico das últimas décadas e, em relação aos surdos, também o aprofundamento dos estudos linguísticos e multiculturais, vem lançando novas exigências para a produção e a gestão de conhecimento, desafiando os estabelecimentos de ensino de um modo geral, a repensar o seu processo de formação. Nesse contexto, a formulação de um projeto que impulse novas reflexões, atuando como catalisador de uma nova forma de pensar a escola apresenta-se como um possível marco inicial no processo de reestruturação do ensino oferecido aos alunos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, através de seus artigos 12, 13 e 14, atribui aos estabelecimentos de ensino a incumbência de elaborar e executar, de forma democrática, seu Projeto Pedagógico, documento este que deve nortear todas as ações pedagógicas de cada instituição. Trata-se, portanto, de um documento que nasce do movimento de ação-reflexão-ação, que nunca estará definitivamente pronto, mas em permanente discussão e reformulação, na busca de alternativas que possam viabilizar a melhoria da qualidade do ensino.

Embora a lei fale em projeto pedagógico, não se constrói um projeto sem uma direção política, ou seja, um norte, um rumo a ser seguido. Por isso, todo projeto pedagógico é também político. Assim, o Projeto Pedagógico visa orientar todo o esforço de aperfeiçoamento das ações de formação dos alunos e serve de referência a todos os atores institucionais em relação às possibilidades de construção do perfil intelectual e/ou profissional dos estudantes.

Nos últimos anos, as instituições de ensino têm sido permanentemente desafiadas pelas políticas educacionais e pela cobrança da opinião pública em relação à qualidade de seu trabalho e à sua adequação às demandas sociais. Dois momentos representativos deste novo panorama – e que interessam diretamente às escolas bilíngues para surdos – foram a obrigatoriedade de oferta de vagas para pessoas com deficiência em empresas de médio e grande porte e em concursos públicos, e a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. A Lei nº 10.436/02, que reconhece a LIBRAS como meio legal de comunicação e expressão de surdos, e o Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a referida Lei, também implicam em mudanças no âmbito educacional. Dessa forma apresentamos o Projeto Político Pedagógico do Colégio de Aplicação do Instituto Nacional de Educação de Surdos – CAp/INES, fruto de uma ação conjunta de toda comunidade escolar, atenta ao contexto histórico e político atual.

II. HISTÓRICO

• Do INES

O atual Instituto Nacional de Educação de Surdos foi criado em meados do século XIX por iniciativa do surdo francês E. Huet que, em junho de 1855, apresenta ao Imperador D. Pedro II um relatório cujo conteúdo revela a intenção de fundar uma escola para surdos no Brasil. Este documento também informa sobre a sua experiência anterior como diretor de uma instituição para surdos na França: o Instituto dos Surdos-Mudos de Bourges.

Era comum que surdos formados pelos Institutos especializados europeus fossem contratados a fim de ajudar a fundar estabelecimentos para a educação de seus semelhantes. Em 1815, por exemplo, o norte-americano Thomas Hopkins Gallaudet (1781-1851) realizou estudos no Instituto Nacional dos Surdos de Paris. Ao concluí-los convidou o ex-aluno dessa instituição, Laurent Clérc, surdo, que já atuava como professor, para fundar o que seria a primeira escola para surdos na América. Portanto, podemos compreender que a proposta de Huet correspondia a essa tendência.

O governo imperial apóia a iniciativa de Huet e destaca o Marquês de Abrantes para acompanhar de perto o processo de criação da primeira escola para surdos no Brasil. *

O novo estabelecimento começa a funcionar em 1º de janeiro de 1856, mesma data em que foi publicada a proposta de ensino apresentada por Huet. Essa proposta continha as disciplinas de Língua Portuguesa, Aritmética, Geografia, História do Brasil, Escrituração Mercantil, Linguagem Articulada, Doutrina Cristã e Leitura sobre os Lábios.

Até o ano de 1908 era considerada a data de fundação do Instituto o dia 1º de Janeiro de 1856. A mudança deu-se através do artigo 7º do decreto nº. 6.892 de 19 de março de 1908, que transferiu a data de fundação para a da promulgação da Lei 939 de 26 de setembro de 1857 que em seu artigo 16, inciso 10, consta que o Império passa a subvencionar o Instituto. Antes desse decreto os alunos eram subvencionados por entidades particulares ou públicas e até mesmo pelo Imperador.

No seu percurso de quase dois séculos o Instituto respondeu pelas seguintes denominações:

- 1856/1857 – Collégio Nacional para Surdos-Mudos
- 1857/1858 – Instituto Imperial para Surdos-Mudos
- 1858/1865 – Imperial Instituto para Surdos-Mudos
- 1865/1874 – Imperial Instituto dos Surdos-Mudos
- 1874/1890 – Instituto dos Surdos-Mudos
- 1890/1957 – Instituto Nacional de Surdos Mudos
- 1957/atual – Instituto Nacional de Educação de Surdos

No ano de 1957 foi realizada a mudança mais significativa de suas denominações, que foi a substituição da palavra **Mudo**, pela palavra **Educação**. Essa mudança refletia o ideário de modernização da década de 50, no Brasil, no qual o Instituto, e suas discussões sobre educação de surdos, também estava inscrito.

Em razão de ser a única instituição de educação de surdos em território brasileiro e mesmo em países vizinhos, por muito tempo o INES recebeu alunos de todo o Brasil e do exterior, configurando-se numa Instituição de referência para os assuntos de educação, profissionalização e socialização de surdos. A língua de sinais praticada pelos surdos no Instituto, de forte influência francesa, em função da nacionalidade de Huet, foi espalhada por todo Brasil pelos alunos que regressavam aos seus Estados quando do término do curso.

Outra ação importante para a difusão dessa língua em território brasileiro deu-se no ano de 1875, ocasião na qual o ex-aluno do Instituto, Flausino José da Gama, desenha o livro ***Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos*** com cópias distribuídas para várias localidades do Brasil. A intenção principal era a de divulgar o meio pelo quais os surdos se comunicavam.

Nas décadas iniciais do século XX, o Instituto oferecia além da instrução literária, o ensino profissionalizante. A terminalidade dos estudos estava condicionada à aprendizagem de um ofício. Os alunos freqüentavam, de acordo com suas aptidões, oficinas de sapataria, alfaiataria, gráfica, marcenaria e também artes plásticas. As oficinas de bordado eram oferecidas às meninas que freqüentavam a instituição em regime de externato.

Por muito tempo o trabalho realizado na gráfica do Instituto, pelos surdos, foi referência no Rio de Janeiro recebendo encomenda de encadernação de quase todas as instituições públicas e particulares nas primeiras décadas da República.

As questões relativas ao ensino para alunos surdos sempre foram objeto de muita polêmica, situação essa agravada pelos resultados do Congresso realizado em Milão em 1880, os quais indicaram a aquisição de linguagem oral pelos surdos como o modo mais adequado de educá-los. Essa indicação foi muito criticada por alguns professores e alunos que reconheciam a importância e a legitimidade da comunicação sinalizada.

A principal crítica que se fazia aos processos de aquisição de língua oral era de que ela demandava um tempo enorme de treinamento da fala e dos resíduos auditivos, concorrendo com a escolarização formal que ia sendo abandonada pela importância que era dada à expressão pela palavra oral.

Os incipientes resultados dessa perspectiva para a educação dos surdos, que demandavam ensino público de massa, estimularam o surgimento, em meados da década de 80, do século XX, de um movimento transnacional, contando com acadêmicos, profissionais da área da surdez e dos próprios surdos no sentido de apontar outros caminhos para a sua escolarização e socialização. Com apoio de pesquisas realizadas na área da linguística que conferiu status de língua à comunicação gestual entre surdos, esse movimento ganha corpo. Já no final dos anos 80, no Brasil, os surdos lideram o movimento de oficialização da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Em 1993, um projeto de Lei da então senadora Benedita da Silva deu início a uma longa batalha de legalização e regulamentação da LIBRAS, em âmbito federal.

Atualmente as discussões avançam em direção ao novo desafio que trazem as atuais políticas públicas educacionais para surdos. Por um lado, a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que garante o acesso a qualquer ambiente escolar sem nenhuma restrição aos alunos surdos. Por outro lado, a regulamentação da lei da LIBRAS indicando que o ensino de Português deve ser oferecido como segunda língua e a Língua de Sinais como língua de instrução.

- ***Do Projeto Político Pedagógico***

O Projeto Político Pedagógico do CAP/INES começou a ser pensado e discutido em 1998, por iniciativa da Direção Geral e Direções de Departamentos, a partir de consulta a toda comunidade do INES com o objetivo de elaborar um documento inicial com as diretrizes básicas para a construção do PPP.

Para dar continuidade aos estudos e aprofundar as questões levantadas no documento citado anteriormente foi instituída, em 2009, uma comissão que considerou imprescindível traçar um diagnóstico institucional onde estariam contemplados o trabalho e o conhecimento produzido nesta Instituição, especialmente no que concerne à prática pedagógica e à educação de surdos. Para tanto, foi organizado um questionário que após ser distribuído para toda a comunidade do instituto, teve suas respostas tabuladas e incorporadas a esse documento.

Certos de que todo Projeto Político Pedagógico é resultado de uma construção coletiva, a atual Direção Geral deste instituto de educação instituiu por meio da Portaria nº 180, publicada no Boletim de Serviço do INES, em 07/06/2011 uma comissão composta por representantes de toda comunidade, delegando a esta, a responsabilidade de organização e elaboração do texto final. Essa comissão organizou um Fórum do Projeto Político Pedagógico, cujo objetivo era reunir Docentes, Técnicos Administrativos, Discentes, Pais e Responsáveis para discutirem temas relevantes para a construção do documento em questão. A participação da comunidade foi marcada por intensos debates que delinearam os contornos básicos deste texto que agora vem à luz. Assim sendo, o principal objetivo dos trabalhos de elaboração do projeto político-pedagógico institucional é dotar o CAP/INES de um instrumento capaz de:

1- Orientar o trabalho para a formação de sujeitos plenos, capazes de interagir de forma consciente e crítica, nos diversos espaços sociais (família, associações, trabalho, espaços culturais, etc.);

2- Regular internamente os debates sobre os critérios orientadores da atualização curricular: a pertinência do currículo (concepção e prática) e a organização didático-pedagógica dos segmentos (métodos, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da aprendizagem);

3- Indicar novos caminhos para a incorporação das Diretrizes Curriculares Nacionais ao projeto de cada segmento;

4- Favorecer práticas institucionais que estimulem a melhoria do ensino, a integração entre os segmentos, a interdisciplinaridade, a flexibilização curricular, as inovações didático-pedagógicas e o uso de novas tecnologias no ensino;

5- Promover em suas atividades a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, articulada com as demais esferas do Instituto;

6- Tornar crítica e produtiva a relação do CAP/INES com os resultados dos processos de auto-avaliação e avaliação externa;

7- Assegurar coerência entre o perfil esperado dos egressos e os princípios e fins declarados no Regimento do INES.

O que orienta o nosso projeto nas duas últimas décadas - ratificado pela Lei nº 10.436/02 - é o direito do surdo de comunicação e expressão através da LIBRAS e, logo, como meio de desenvolvimento de cognição, apropriação e desenvolvimento do conhecimento. Contudo, a relevância da aquisição do Português pelos surdos, em todas as suas modalidades - como segunda língua - objetiva assegurar a perspectiva de integração social e desenvolvimento da sua individualidade e autonomia crítica diante da sociedade e das informações produzidas, registradas e difundidas em âmbito nacional, principalmente, através da Língua Portuguesa. Desta forma, a concepção de uma escola bilíngue deve ter consequência prática, material e direta na produção dos parâmetros curriculares e sua instrumentalização e efetivação na grade e disposição das disciplinas, objetivo a ser aprimorado pela instituição no futuro próximo.

Nesse sentido, desejamos superar os impasses que verificamos no processo de ensino e construção do conhecimento entre nossos alunos, com vistas a proporcionar e avançar cada vez mais no serviço que prestamos à comunidade surda, assegurando uma verdadeira autonomia do nosso público, na perspectiva de promover a educação, integrar a pesquisa e viabilizar um diálogo mais amplo com a sociedade, para que os conhecimentos aqui produzidos permitam um melhor relacionamento dessa sociedade com o público que atendemos.

III. FUNDAMENTOS

Contemporaneamente, em todos os seus diversificados níveis, a própria educação escolar é vista como amplo processo e aos sujeitos de suas ações como (co)participantes sociais, históricos e culturalmente situados (Silva, 1999)¹. Essa ótica deve, pois, necessariamente iluminar fundamentos e concepções do processo educativo do CAP/INES. Deverá prestar-se, inclusive, como fio condutor para que uma escola dessa natureza dinamize uma articulação entre seus múltiplos conteúdos, também qualificando, assim, uma indispensável interdisciplinaridade.

a) Éticos-Políticos:

Para Tardif e Lessard (2005), a complexidade da profissão docente se origina da própria natureza desse trabalho, que tem como objeto um outro ser humano e que, portanto, tem a implicação de fortes mediações linguísticas e simbólicas entre os agentes. Para os autores: “ensinar é trabalhar com seres humanos, sobre seres humanos, para seres humanos” (TARDIF e LESSARD, 2005, p. 31). Neste espaço muitas questões de poder e conflitos de valores estão postos, visto que “os valores que circulam na escola, na família e nos meios de comunicação de massa nem sempre são coincidentes ou complementares e, com frequência, podem ser contraditórios” (TEDESCO e FANFANI, 2004, p. 70). Para ser um bom professor não basta o domínio de competências técnico-científicas, nem um compromisso ético genérico, é preciso o compromisso ético-moral com o outro (TEDESCO e FANFANI, 2004). Ensinar é agir dentro de um ambiente complexo e, por isso, impossível de controlar inteiramente. Exige dos professores uma competência reflexiva de alto nível e a capacidade profissional para gerir a contingência das interações humanas na medida em que vão se realizando (TARDIF e LESSARD, 2005).

Dessa forma, todos os agentes envolvidos com o processo de escolarização dos alunos surdos assumem o compromisso com uma educação democrática e participativa que assegure a formação de cidadãos críticos, autônomos e solidários.

b) Epistemológicos:

O conhecimento escolar é um conhecimento selecionado a partir de uma cultura social mais ampla, associado diretamente ao que se entende como conhecimento socialmente válido e legítimo. Porém, os critérios de seleção e de legitimação desse conhecimento não são construídos a partir de critérios exclusivamente epistemológicos ou referenciados em princípios de ensino-aprendizagem, mas a partir de um conjunto de interesses que expressam relações de poder na sociedade.

Buscamos, a partir de uma nova perspectiva, oportunizar o acesso a um conhecimento reflexivo e crítico, não hierarquizado, de construção e recriação permanente, numa relação dialógica entre aprendizes surdos e seus próprios saberes, professores e as exigências da realidade social mais ampla.

¹ Silva, T. Tadeu (org) **Documentos de Identidade – Uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

c) Didático-Pedagógico:

O reconhecimento das adversidades presentes nesta instituição de ensino inicia-se na construção de um ambiente educacional com propostas e ações pedagógicas que concebem as aprendizagens como algo que implica a totalidade do sujeito surdo como um ser sócio-histórico-cultural.

Ao orientarmos nosso trabalho sob a perspectiva histórico-cultural abrimos novos caminhos para um melhor entendimento de como se dá o processo de aquisição do conhecimento por parte dos nossos alunos, bem como suas relações com o meio. O conhecimento organizado cultural e historicamente permite a esses sujeitos uma melhor compreensão do mundo em que estão inseridos, proporcionando-lhes uma experiência transformadora em relação à sua posição participativa na sociedade e na construção da sua própria história.

No processo ensino-aprendizagem, as relações construídas entre educador-educando-conhecimento buscam privilegiar e considerar todo contexto citado anteriormente. Vygotsky (2007) afirma que a relação do homem com o mundo não é direta, mas mediada e que, portanto o processo de aprendizagem não inclui apenas aquele que aprende nem tampouco aquele que ensina, mas a relação entre essas pessoas. Ensinar e aprender constitui-se, então, numa ação compartilhada. Assim se expressa Antunes (2002) ao dizer que:

As pessoas que se situam no entorno do aprendiz não são objetos estáticos e passivos, mas companheiros dinâmicos que guiam, regulam, selecionam, comparam, analisam, registram o desenvolvimento. São, pois, agentes do desenvolvimento humano que atuam sobre a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). (ANTUNES 2002, p. 28).

Nesse contexto, podemos dizer que a sala de aula não é, apenas, um espaço de transmissão de conhecimentos, mas um ambiente privilegiado de negociações e de produção de novos sentidos, onde a motivação é suscitada por meio de atividades estimuladoras e desafiantes, compatíveis com as necessidades e expectativas dos nossos alunos.

Ao considerarmos a condição bilíngue de sujeitos surdos por estarem em contato com duas línguas, uma de natureza viso-espacial, adquirida no convívio com seus pares e a outra, a língua do grupo majoritário ouvinte, necessária para sua inserção social, o Instituto Nacional de Educação de Surdos adotou o modelo bilíngue de educação.

Tomamos aqui como conceito de educação bilíngue na escolarização de surdos, o que nos aponta Freire (1998, apud PEDREIRA, 2006, p. 5):

O bilinguismo para surdos/as, desenvolvidos a partir da década de 80, em decorrência das pesquisas sobre as Línguas de Sinais e as comunidades surdas, considera que a Língua de Sinais é a primeira língua do surdo/a e a segunda língua é a língua majoritária da comunidade em que está inserido/a. Neste caso, a Língua Portuguesa passa a ser vista como uma segunda língua, como uma língua instrumental cujo ensino objetiva desenvolver no/a aprendiz habilidades de leitura e de escrita. (FREIRE, 1998, apud PEDREIRA, 2006, p. 5)

No modelo bilíngue as duas línguas devem ser tratadas de maneira equânime e o currículo voltado para atender as especificidades dos estudantes surdos. O processo de ensino e

aprendizagem das modalidades de leitura e escrita da Língua Portuguesa para surdos é denominado de *letramento*, por utilizarem a rota lexical ou ortográfica, “mecanismo cognitivo que permitirá que os surdos passem da palavra para seu significado, sem conhecer o som” (FERNANDES, 2006, p.10).

Torna-se imprescindível destacarmos que as relações estabelecidas entre essas línguas, por si só não garantem um trabalho pedagógico eficaz. Este cenário aponta para uma pedagogia própria na educação de surdos, na qual o uso de representações visuais como estratégias de ensino é fundamental para a apropriação de significados pelo sujeito surdo - a Pedagogia Visual², que tem na língua de sinais seu principal elemento fundador.

Considerando então, as especificidades dos nossos estudantes, buscamos uma pedagogia que nos permite utilizar as linguagens visuais, que sem dúvida, possuem características que, viabilizam o acesso ao conhecimento pelos sujeitos surdos. A utilização da Pedagogia Visual ou da visualidade no ensino tem por objetivo principal qualificar todo o processo ensino-aprendizagem, dando mais flexibilidade às ações dos docentes, garantido desta forma, uma prática mais contextualizada, sedutora e significativa para o sujeito surdo.

² A pedagogia visual, ou pedagogia surda é, assim denominada, considerando-se que a mesma pode ser compreendida como aquela que se ergue sobre os pilares da visualidade, ou seja, que tem no signo visual seu maior aliado no processo de ensinar e aprender. (CAMPELLO, 2007)

No Colégio de Aplicação do INES os alunos são atendidos nos seguintes Serviços:

Segmento	Organização
CAAF – Centro de Atendimento Alternativo Florescer	. Atendimento Individual . Atendimento Grupal
SEDIN – Serviço de Educação Infantil	. Educação Precoce . Maternal . Jardim I . Jardim II . Jardim III
SEF 1 – Serviço de ensino Fundamental – 1º segmento	. 1º ano . 2º ano . 3º ano . 4º ano . 5º ano
SEF 2 – Serviço de Ensino Fundamental – 2º segmento	. 6º ano . 7º ano . 8º ano . 9º ano
SEME – Serviço de Ensino Médio	. 1ª série . 2ª série . 3ª série
SEF N – Serviço de Ensino Fundamental Noturno – 1º e 2º segmentos	. 1º ano . 2º ano . 3º ano . 4º ano . 5º ano . 6º ano . 7º ano . 8º ano . 9º ano
NEA - Núcleo de estudos Avançados (Pré Vestibular)	. V1 . V2

b) Dimensão física

Setor	Salas	Complexo Esportivo	Laboratório
DEBASI Departamento de Educação Básica	1 Sala da Direção 2 Salas de Coordenação: COADE, COAPP 1 Sala de Reunião 1 Sala de Intérpretes 1 Sala Assistentes Ed Libras		
COAE Coordenação de Avaliação e Encaminhamento ao Educando	01 Sala de Coordenação 01 Sala de Atendimento 01 Sala de reunião 01 Sala de Espera (responsáveis) 01 Mini auditório		
SEDIN Serviço de Educação Infantil	06 Salas de aula 01 Sala de reunião 02 Salas de Chefia 01 Sala de psicomotricidade 01 Brinquedoteca	02 Parquinhos 01 Piscina Infantil 01 Pátio coberto	01 Laboratório de Informática
CAAF Centro de Atendimento Alternativo Florescer	03 Salas de aula 01 Sala de reunião	01 Sala de circuito motor 01 Pátio descoberto	
SEF 1 Serviço de Ensino Fundamental- 1º segmento	13 Salas de aula 02 Salas de reunião 01 Sala de Chefia 01 Biblioteca Infantil	01 Pátio coberto	01 Laboratório de Informática 01 Laboratório Espaço de Ciências 01 Laboratório Of. Matemática
SEF 2 Serviço de Ensino Fundamental - 2º segmento SEME Serviço de Ensino Médio	18 Salas de aula equipadas com TV e notebooks 02 Salas de Chefia 01 Sala de Reunião		01 Laboratório de Informática 01 Laboratório de Ciências 01 Laboratório de Literatura

SEF N Serviço de Ensino Fundamental Noturno NEA Núcleo de Estudos Avançados (Pré Vestibular)			
DISOP Divisão Sócio Psicopedagógica	01 Sala de Chefia 01 Sala da equipe técnica 01 Sala de atendimento 01 Sala de recepção 01 Sala de reuniões 01 Sala de Arquivos		
DIMO Divisão Médico Odontológica	01 Sala de recepção 04 Consultórios 01 Sala de Chefia		
DIEPRO Divisão de Qualificação e Encaminhamento Profissional	04 Salas Administrativas 06 salas para cursos		01 Laboratório de Informática
DIFON Divisão de Fonoaudiologia	01 Sala de Chefia 09 Salas de Atendimento		

Espaço de uso comum
Ginásio poliesportivo
Refeitório
Piscina semi olímpica
Campo de futebol
Auditório
Estúdio de Gravação
Biblioteca M. Vicente P. Burnier e Acervo

c) Recursos Humanos

Recursos Humanos		Formação Acadêmica					
<i>Profissionais</i>	<i>Total</i>	<i>Fundamental</i>	<i>Médio</i>	<i>Graduação</i>	<i>Especialização</i>	<i>Mestrado</i>	<i>Doutorado</i>
Docentes	118	-	3	19	64	29	3
Assistente Educacional em Libras	23	-	17	6	-	-	-
Assistente de Administração	10	-	6	3	1	-	-
Auxiliar de Administração	01	1	-	-	-	-	-
Assistente de Aluno	20	1	12	5	2	-	-
Assistente Social	03	-	-	2	-	1	-
Fonoaudiólogo	08	-	-	2	6	-	-
Intérprete	14	-	12	2	-	-	-
Matemático	01	-	-	1	-	-	-
Médico	05	-	-	-	3	1	1
Odontólogo	01	-	-	-	1	-	-
Psicólogo	03	-	-	1	1	1	-
Técnico em Assuntos Educacionais	01	-	-	-	1	-	-
Técnico em Enfermagem	02	-	1	1	-	-	-
Técnico em Edificações	01	-	1	-	-	-	-
Total	211	2	52	42	79	32	4

Obs: 09 Professores atuam na DIFON, como professores de atendimento fonoaudiológico individual.

d) Corpo Discente

Apresentamos abaixo, o quadro que representa o número de alunos matriculados no ano letivo de 2011.

Segmento	Quantitativo
CAAF	17
SEDIN	43
SEF1	97
SEF 2	112
SEME	131
NEA	10
SEF N	73
TOTAL	483

e) Formas de acesso e permanência

São oferecidas vagas a candidatos que apresentem diagnóstico de surdez. O processo de avaliação de ingresso se dará a partir de: abertura de cadastro na DIRE (Divisão de Registro Escolar); realização de exame audiométrico na DIAU (Divisão de Audiologia); encaminhamento pela COAE (Coordenação de Avaliação e Encaminhamento ao Educando) para avaliações pedagógica, médica e social.

A efetivação da matrícula se dará após a conclusão das etapas do processo de avaliação de ingresso e mediante a disponibilidade de vaga.

A matrícula deverá ser renovada anualmente em data a ser divulgada pela COADE/DIRE.

O ingresso dos alunos é também efetuado de modo a atender às transferências previstas em lei, respeitando o processo de avaliação previsto.

f) Frequência

A frequência é registrada diariamente, na caderneta escolar, no ato da entrada do aluno na escola e nos diários de classe pelos professores. De acordo com a legislação em vigor (Lei de Diretrizes e Bases da Educação /96) exige-se a frequência mínima de 75% do total de horas letivas para aprovação do aluno. As faltas serão analisadas conforme estabelecido nas normas de funcionamento do colégio de aplicação do INES.

g) Calendário

O Calendário escolar é elaborado pela Direção do Debasi que organizará os dias letivos, dias de trabalho escolar, reuniões pedagógicas, conselho de classe, recesso escolar e demais eventos, de acordo com a legislação vigente. Também fazem parte do Calendário Escolar o Congresso Internacional e Seminário Nacional do INES, bem como as palestras do Fórum Permanente de Educação, Linguagem e Surdez.

h) Organização e funcionamento dos turnos

O Colégio de Aplicação funciona com atividades nos turnos da manhã, da tarde e da noite.

Segmentos	1º Turno (manhã)	2º Turno (Tarde)	3º Turno (noite)
CAAF	8h às 11h20min	12h30min às 17h	
Educação Infantil (SEDIN)	7h15min às 11h20min	12h30min às 16h35min	
1ª ano ao 5º ano (SEF-1)	7h15min às 12h05min	12h30min às 17h20min	
6ª ano ao 9ª ano (SEF-2)	7h15min às 12h05min	12h30min às 17h20min	
Ensino Médio (SEME)	7h15min às 12h05min	12h30min às 17h20min	17h50min às 22h10min
1ª ano ao 9ª ano (SEF-N)			17h50min às 22h10min
Pré Vestibular NEA		12h30min às 17h20min	17h50min às 22h10min

i) Composição das turmas

<i>Segmento</i>	<i>Nº máximo de alunos por turma</i>
SEDIN - Educação Infantil - Maternal	06
SEDIN - Educação Infantil – Jardim I, II e III	08
SEF 1/SEF N – Ensino Fundamental – 1º e 2º anos	08
SEF 1/SEF N – Ensino Fundamental – 3º, 4º e 5º anos	10
SEF 2/SEF N – Ensino Fundamental – 6º e 7º anos	12
SEF 2/SEF N – Ensino Fundamental – 8º e 9º anos	15
SEME – Ensino Médio	15
NEA - Vestibular	15

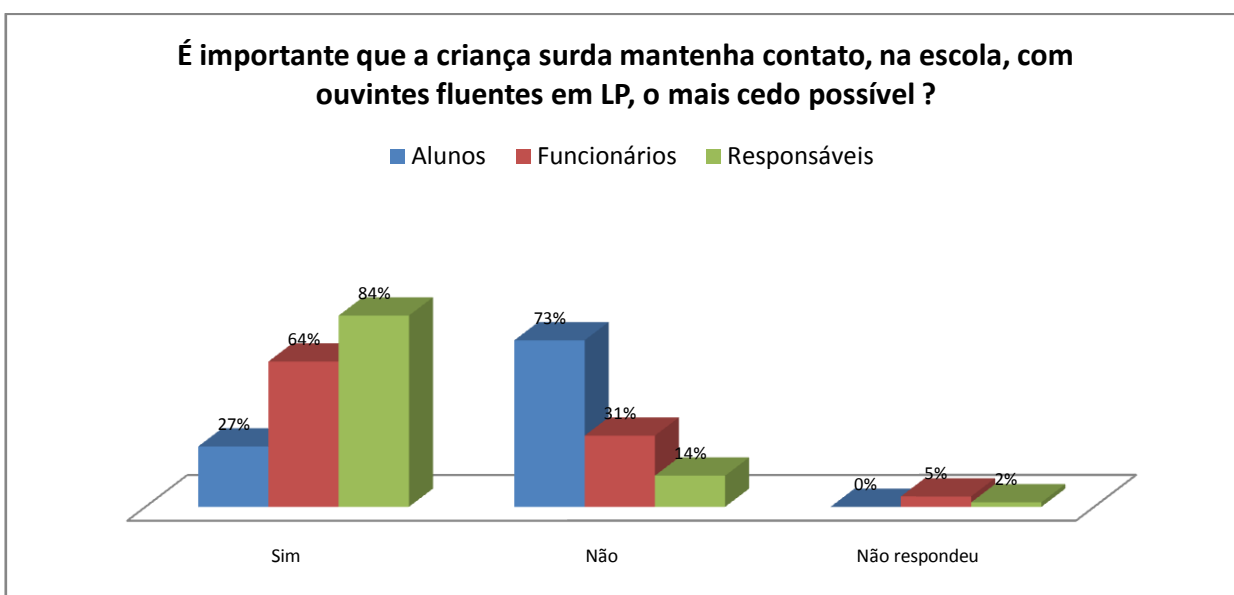
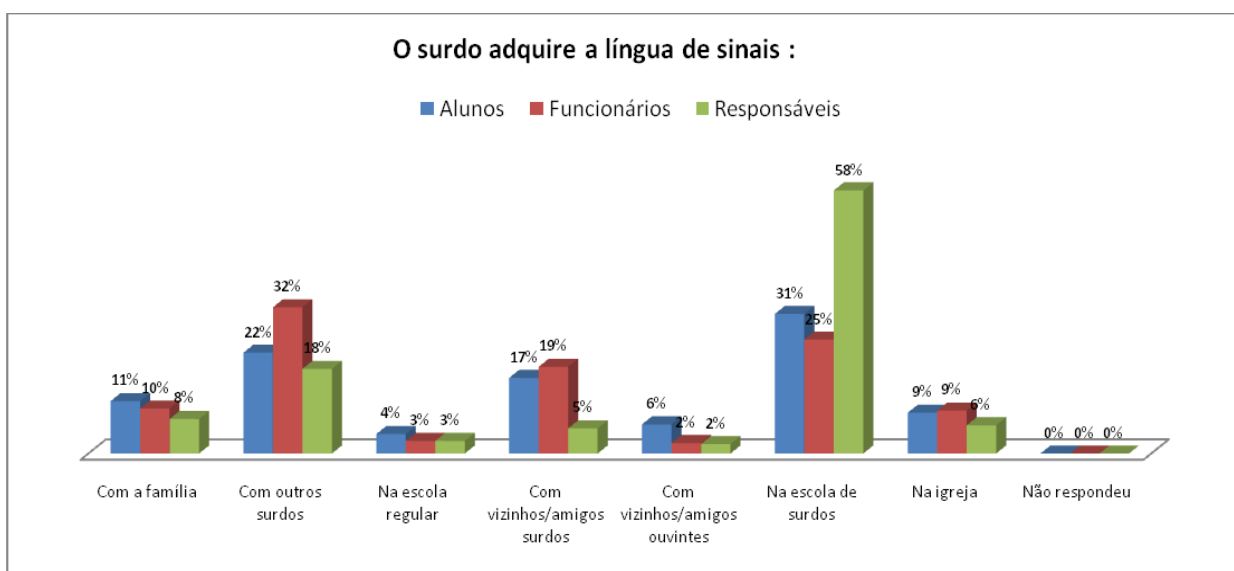
Obs: Os atendimentos da Educação Precoce (SEDIN) e do CAAF têm uma organização específica, que contempla atendimentos individuais, em dupla e/ou em pequenos grupos.

V. DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL

Para a elaboração deste Projeto Político-Pedagógico, a comissão sentiu necessidade de levantar e analisar alguns aspectos da realidade cotidiana do Colégio de Aplicação/INES.

Para tanto, foi necessária uma reflexão sobre a metodologia mais adequada a ser utilizada. Optou-se, então, pela realização de questionários³ como instrumento para a coleta de informações e que, conseqüentemente, forneceria o diagnóstico pretendido.

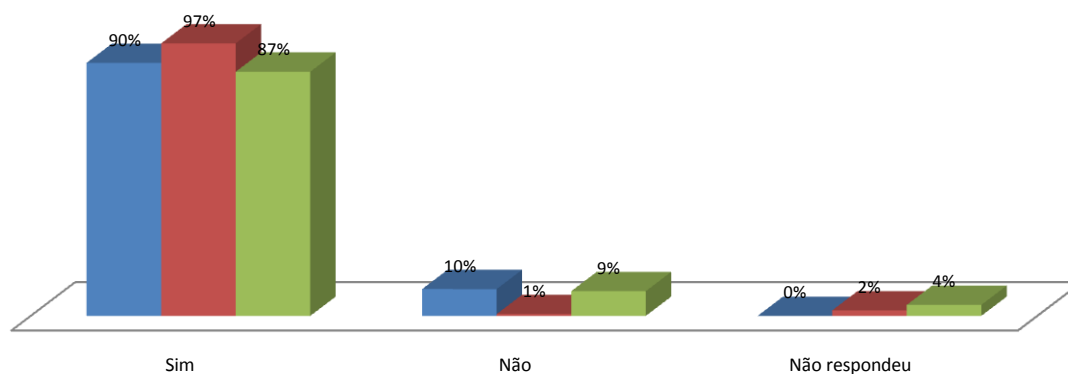
Dentre os dados obtidos, alguns dos mais significativos foram:



³ O modelo completo do questionário encontra-se na seção ANEXOS, no final do documento.

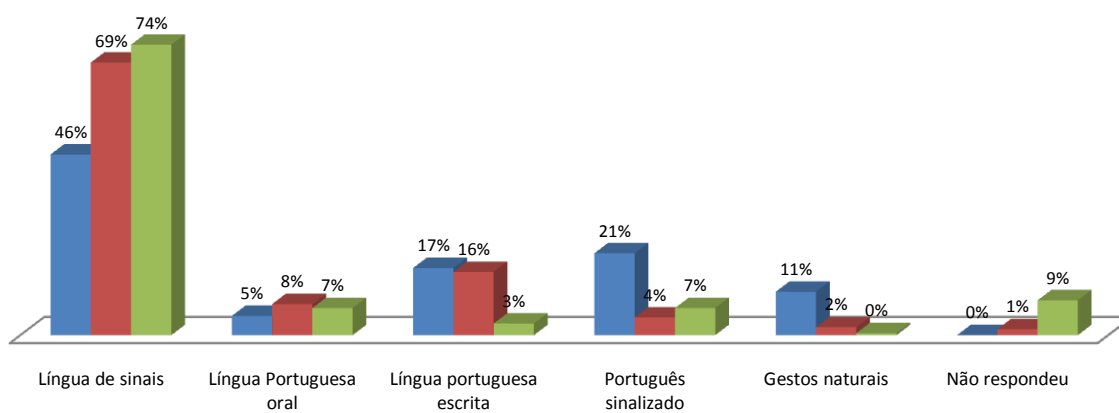
É importante que a criança surda mantenha contato, na escola, com outros surdos, fluentes em LIBRAS, o mais cedo possível ?

■ Alunos ■ Funcionários ■ Responsáveis

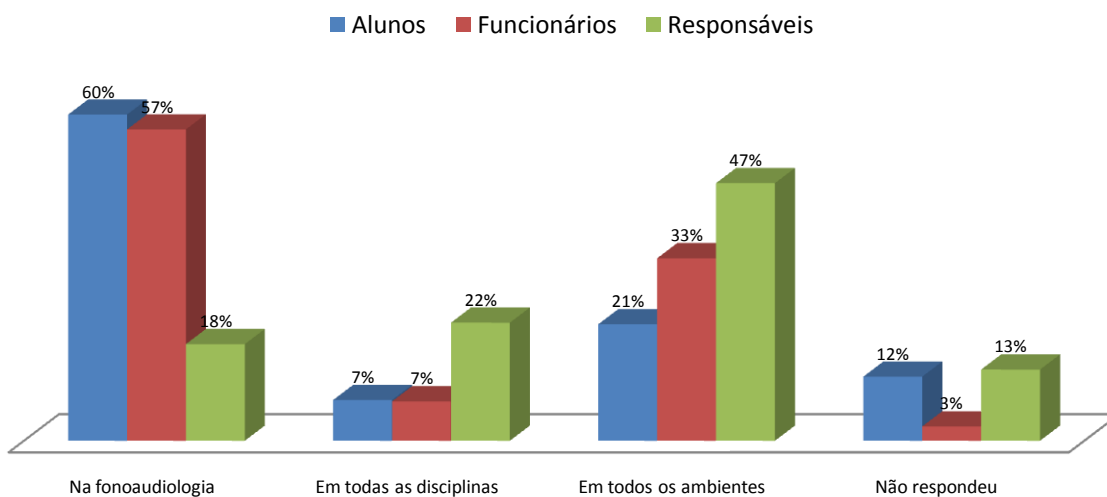


A forma de comunicação preferencial da pessoa surda é:

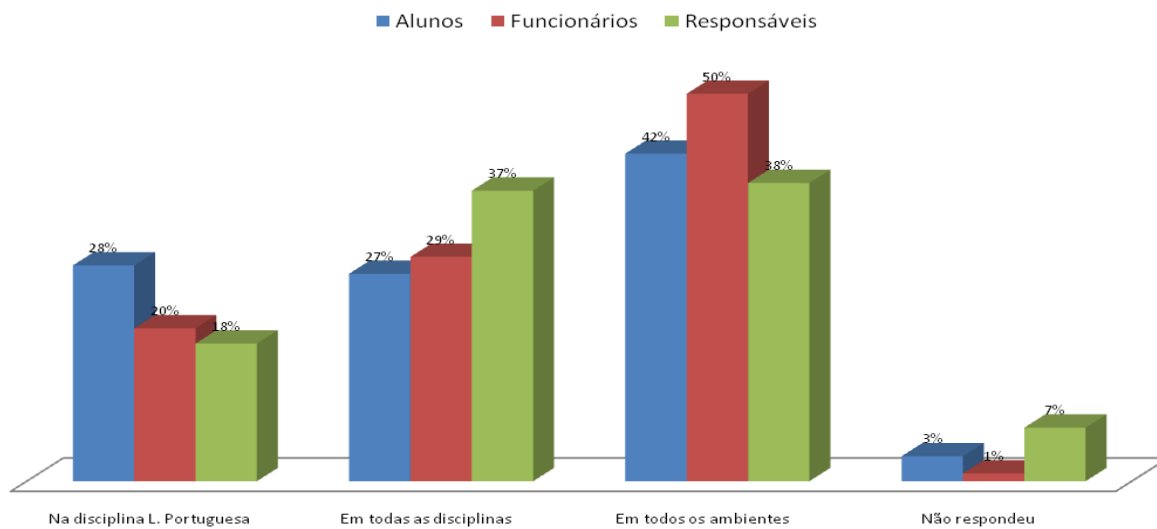
■ Alunos ■ Funcionários ■ Responsáveis



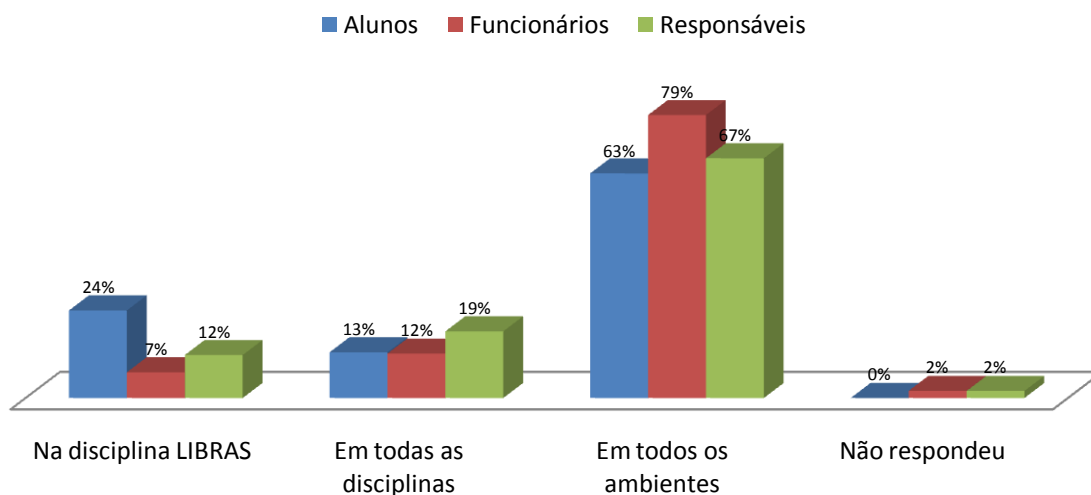
A língua portuguesa oral deve ser priorizada no INES:



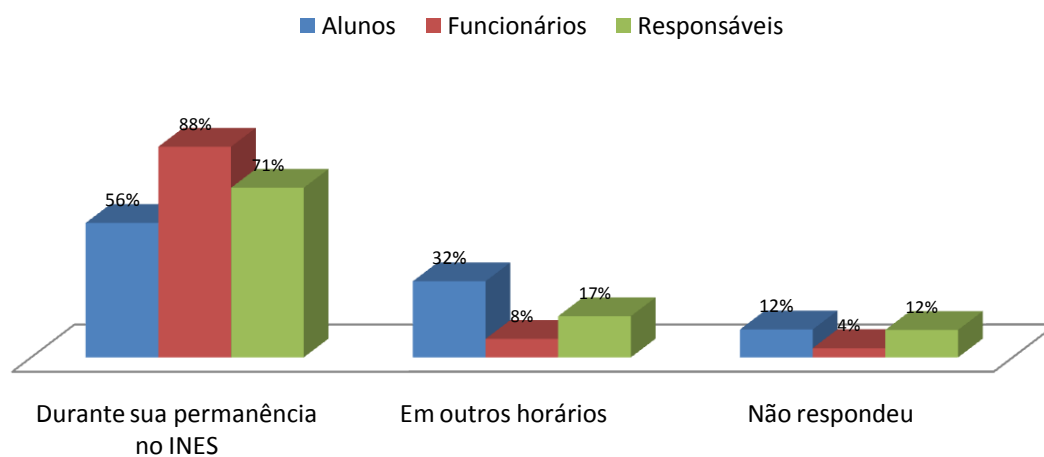
A língua portuguesa escrita deve ser priorizada no INES



A língua de sinais deve ser priorizada no INES:

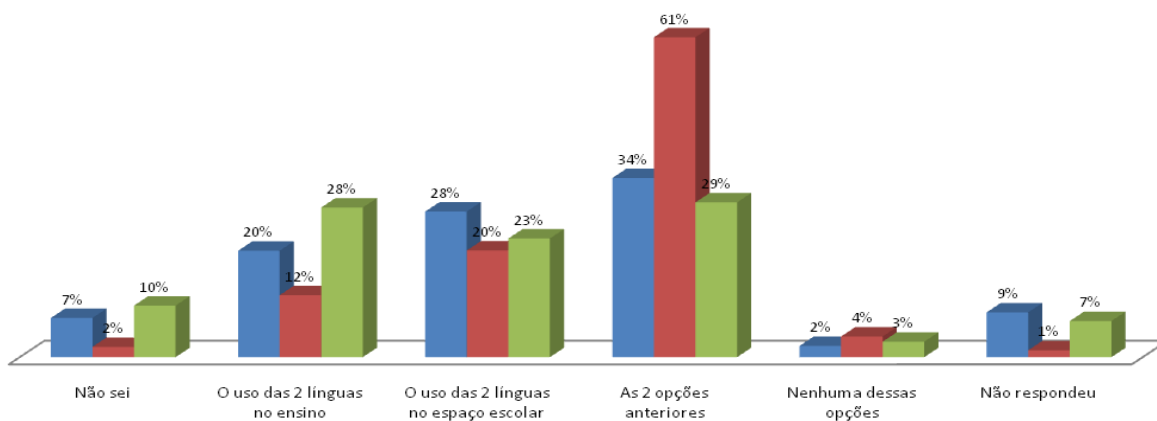


O horário mais adequado para funcionários e familiares aprenderem LIBRAS é:



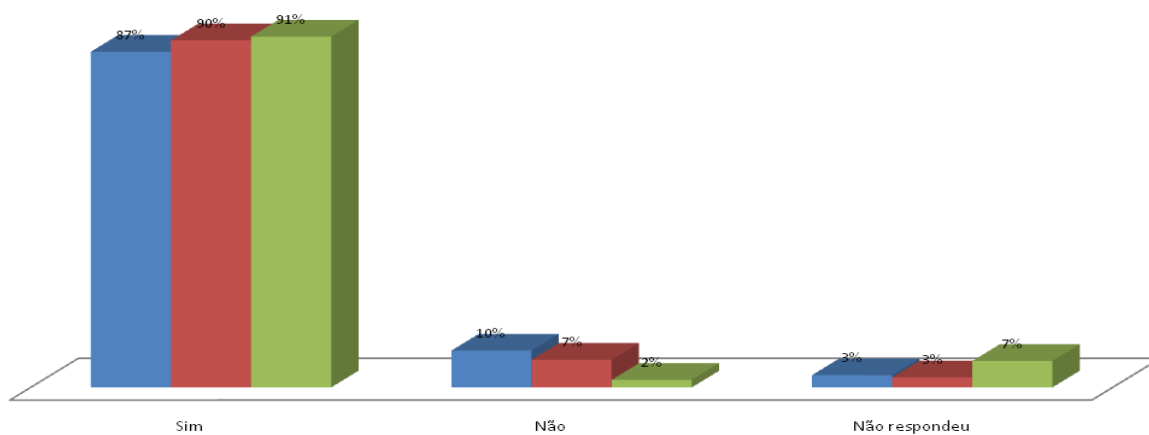
Educação bilíngue no INES é:

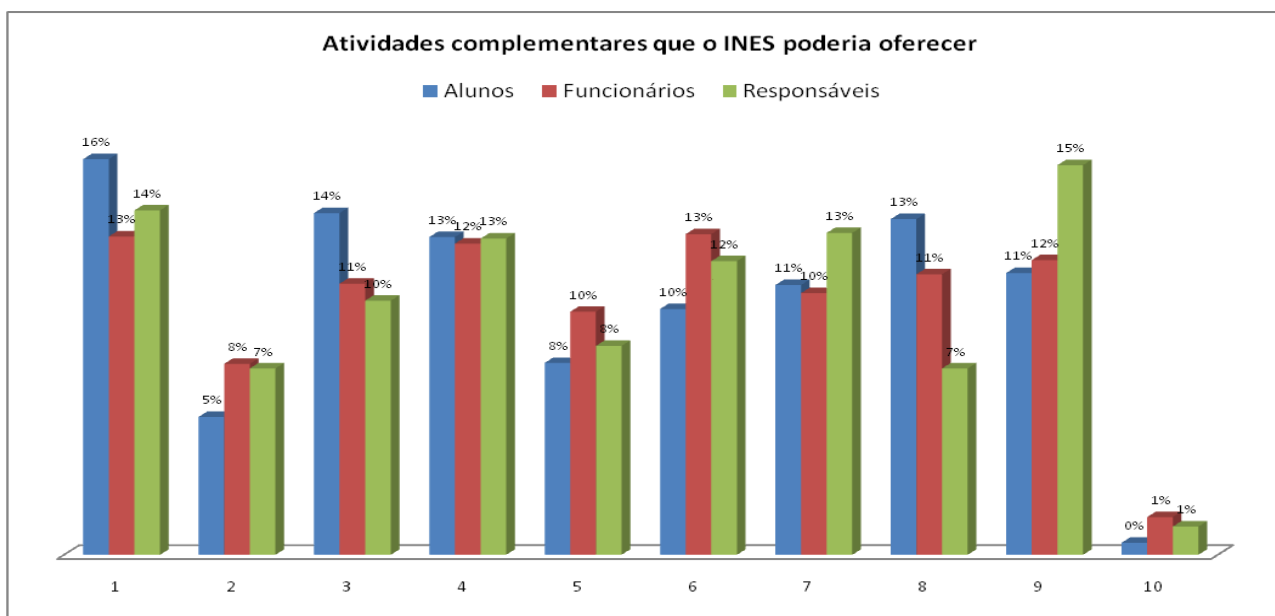
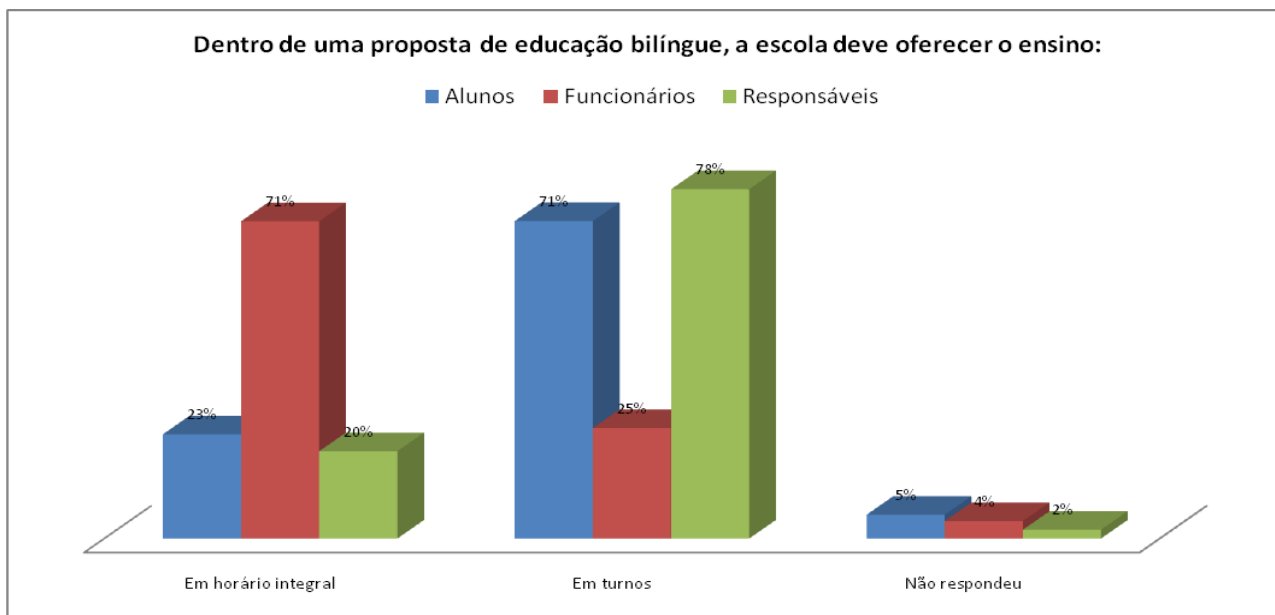
■ Alunos ■ Funcionários ■ Responsáveis



Todos os profissionais do INES devem ser bilíngues: LIBRAS/Língua Portuguesa?

■ Alunos ■ Funcionários ■ Responsáveis





1 - Teatro

2 - Música

3 - Dança

4 - Biblioteca multimídia, Narração de histórias

5 - Atividades recreativas

6 - Eventos culturais

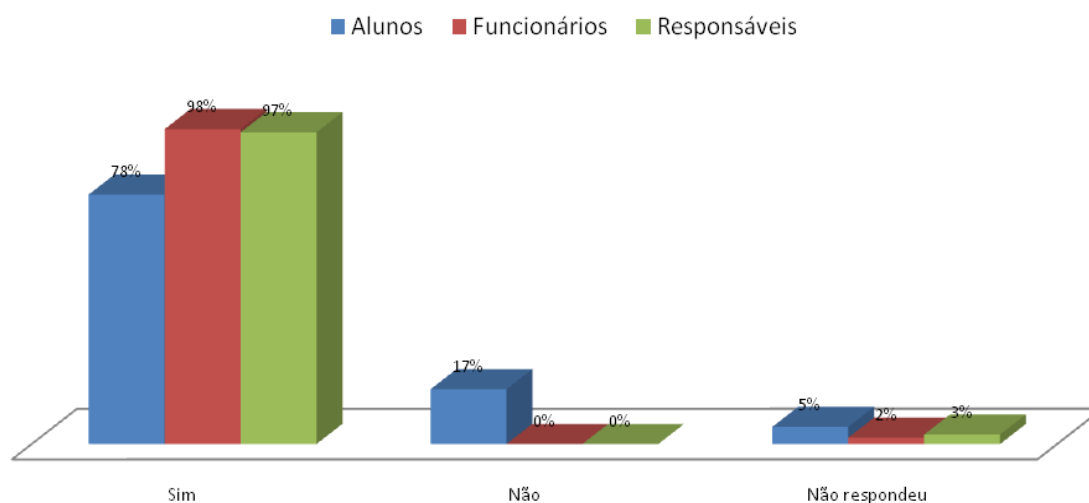
7 - Olimpíada de Matemática

8 - Jogos

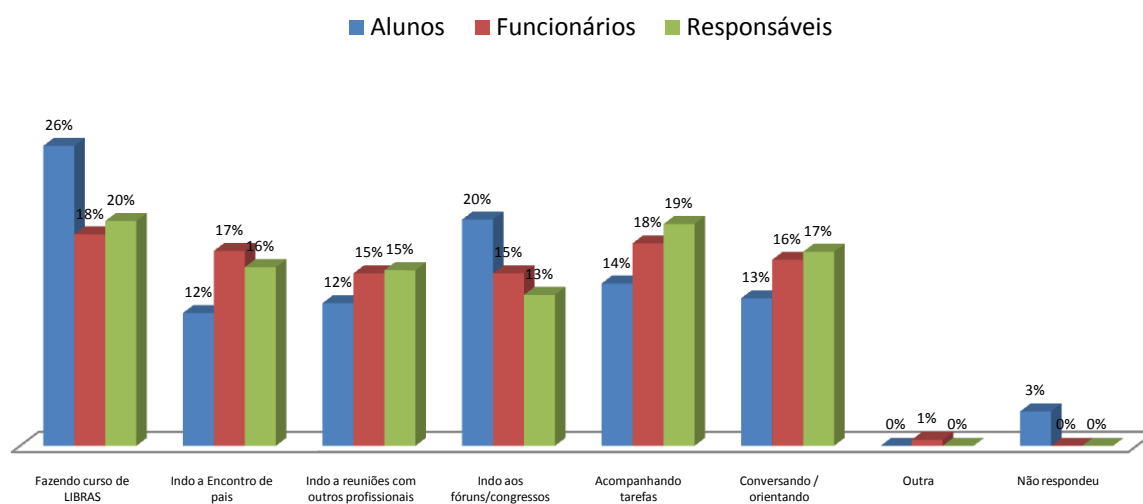
9 - Atividade esportiva

10 - Outra

A participação da família do aluno é importante?



De que maneira?



O questionário foi aplicado no ano de 2010, com os seguintes percentuais:

Alunos - 66% dos 222 questionários distribuídos

Funcionários – 51% dos 352 questionários distribuídos

Responsáveis – 42% dos 242 questionários distribuídos

Pode-se observar que a maioria de nossos alunos adquiriu a língua de sinais em escolas bilíngues para surdos. Esse dado traz uma importante questão no que se refere ao investimento na proficiência em Libras dos profissionais e familiares, como prioridade para 2012. As línguas em questão – Libras e Português, não devem ser trabalhadas como recurso, devendo o conhecimento circular em ambas. O investimento institucional na organização de espaços e cursos específicos de Libras que contemplem os diferentes profissionais além de ser um anseio de toda a comunidade, traduz uma inovação na consolidação de uma proposta bilíngue. E, na medida em que essa ação atinge toda comunidade escolar, é garantido um ensino bilíngüe de fato onde há o respeito e o reconhecimento da dimensão lingüística do surdo.

Fica claro, também que é necessário desenvolver projetos que contemplem aspectos culturais, esportivos, recreativos e pedagógicos que complementem as atividades curriculares previstas na matriz curricular.

VI. AVALIAÇÃO

A avaliação do rendimento escolar, no Colégio de Aplicação do INES, terá como base a concepção do aluno como construtor e promotor do seu conhecimento, por meio da interação entre todos os envolvidos no processo, a fim de que possa interferir e participar ativamente do contexto sociocultural no qual está inserido.

A avaliação do processo ensino-aprendizagem deverá ser contínua, sistemática e integral, visando identificar até que ponto os objetivos propostos foram alcançados.

a) Diagnóstico educacional: acompanhamento e resultados

A avaliação terá como objetivos:

1. Acompanhar o processo ensino-aprendizagem, em todos os seus aspectos (cognitivo, sócio-afetivo e psicomotor), tendo em vista o aproveitamento escolar das turmas e de cada aluno, nos diferentes momentos do ano letivo;
2. Diagnosticar as dificuldades dos alunos e suas causas, bem como seus êxitos;
3. Garantir a reformulação do planejamento das atividades docentes, oferecendo subsídios em seus aspectos formativos e informativos.
4. No caso de avaliação de ingresso/transferência, inserir o aluno no ano e turma mais adequados⁴.

b) Instrumentos de avaliação

A verificação do rendimento se concretizará na avaliação contínua do processo ensino-aprendizagem, a partir de situações planejadas formais e não formais, tais como: provas, testes, trabalhos, dramatizações, filmagens, atividades dinâmicas podendo ser individuais, em duplas, em grupos (em Língua Portuguesa e LIBRAS), além da observação e análise do desenvolvimento global do aluno, preponderando sempre o aspecto qualitativo sobre o quantitativo. Fica estabelecida a utilização de, no mínimo, dois instrumentos formais* de avaliação por bimestre.

Por avaliação contínua entende-se a que ocorre durante todo o período letivo e em todos os componentes curriculares, revelando as potencialidades do aluno e o seu grau de desenvolvimento, propiciados pelas vivências curriculares.

Por aspecto qualitativo entende-se a avaliação global do aluno, observando-se seu desenvolvimento cognitivo, linguístico, sócio-afetivo e de aquisição de conteúdos no decorrer do processo educativo, tendo por base situações formais e não formais.

⁴ Conforme previsto na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Art. 23 § 1º e Art. 24, I, c.

Por aspecto quantitativo entende-se o acúmulo de conhecimentos adquiridos pelo aluno.

A avaliação deve ser realizada pelo professor, considerando elementos da auto-avaliação (por cada aluno) e pelo grupo (avaliação coletiva) podendo haver contribuição do AE/LIBRAS (Assistente Educacional em LIBRAS) quando necessário.

No decorrer do período letivo serão atribuídas 4 (quatro) notas bimestrais e uma média anual em cada componente curricular.

As notas bimestrais serão resultado da média das diferentes avaliações realizadas no período.

A média anual de cada componente curricular será resultante da média aritmética das 4 (quatro) respectivas notas bimestrais

O registro do resultado da avaliação bimestral do rendimento escolar dos alunos será expresso em notas que variam de 0 (zero) a 10 (dez), admitindo-se o fracionamento de até 1 (uma) casa decimal para os componentes curriculares da Base Nacional Comum. Para os componentes da parte diversificada serão atribuídos conceitos, expressos pelas letras A, B, C, D, onde:

A= aproveitamento plenamente satisfatório

B= aproveitamento satisfatório

C= aproveitamento regular

D= aproveitamento insuficiente

Os componentes curriculares ARTES e EDUCAÇÃO FÍSICA, no primeiro segmento do Ensino Fundamental, embora sejam integrantes da base comum, seguirão o critério de avaliação da parte diversificada, conforme o quadro a seguir.

Base Nacional Comum	Português	Notas de 0 a 10
	Matemática	
	Ciências	
	Estudos Sociais	
	Artes	Conceitos
	Educação Física	
Parte diversificada	LIBRAS	Conceitos
	Fonoaudiologia	
	Biblioteca	

Ao aluno do primeiro segmento do Ensino Fundamental, dispensado das atividades de Educação Física através de atestado médico, será conferido pelo professor o conceito C nos(s) bimestre(s) referente(s) ao período do atestado.

Os componentes curriculares do Ensino Fundamental segundo segmento e Ensino Médio estão descritos no quadro a seguir.

Base Nacional Comum	Português/Literatura	Notas de 0 a 10
	Matemática	
	Ciências/Biologia/Química/Física	
	Geografia/História/Sociologia/Filosofia	
	Artes	
	Educação Física	
	Inglês ou Espanhol	Conceitos
Parte diversificada	LIBRAS	Conceitos
	Iniciação à Literatura (6º -9º)	

Os critérios de aproximação para a média anual serão:

1. frações até 0,24 deverão ser desconsideradas, arredondando-se a nota para o inteiro anterior à vírgula;
2. frações entre 0,25 e 0,74 deverão ser arredondadas para 0,5;
3. frações iguais ou superiores a 0,75 permitirão o arredondamento da nota para o inteiro imediatamente acima.

A nota 0 (zero) será atribuída ao aluno que deixar de cumprir suas tarefas sistematicamente, devendo ser registrada no diário de classe como *zero*, por extenso.

Na Educação Infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento do desenvolvimento do aluno e será registrada em relatórios semestrais, individuais e descritivos, sem objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental, que será automático.

No Centro de Atendimento Alternativo Florescer, a avaliação far-se-á mediante o acompanhamento do desenvolvimento do aluno e será registrada em relatórios semestrais, individuais e descritivos, baseados nos objetivos propostos.

No 1º ano do Ensino Fundamental a avaliação far-se-á mediante o acompanhamento do desenvolvimento do aluno, registrado em relatórios bimestrais, individuais e descritivos, baseados nos objetivos propostos.

Os instrumentos de avaliação serão organizados pelos professores, com a colaboração dos Professores Orientadores e AEL, caso necessário.

c) Conselho de classe

O Conselho de Classe que acontece a cada bimestre avalia o desenvolvimento das turmas, de cada aluno, além de situações especiais da vida escolar através de debates entre professores, alunos e professores representantes, corpo técnico (pedagogos, psicólogos, assistentes sociais, fonoaudiólogos), AELs, Chefes de Serviço e Coordenadores.

Casos especiais referentes à média anual serão decididos pelo Conselho de Classe.

d) Boletim

As notas/conceitos e as frequências bimestrais deverão ser registradas nos diários de classe e nas fichas-controle do sistema virtual, pelos professores regentes em parceria com a Divisão de Registro Escolar.

e) Aprovação e Promoção

A aprovação e promoção do aluno dos Ensinos Fundamental e Médio ocorrerão com base no resultado das avaliações e no percentual de frequência.

Será exigida a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas para a aprovação, independente do seu rendimento escolar⁵.

O aluno que obtiver média anual igual ou superior a 6 estará aprovado e será promovido para o ano seguinte.

Os resultados da aferição do rendimento escolar serão apreciados pelo Conselho de Classe e, no caso de algum impasse, caberá a esse Colegiado decidir sobre o procedimento mais adequado, no consenso da maioria.

f) Recuperação da aprendizagem

No caso em que o baixo rendimento escolar for uma situação global da turma, serão adotadas medidas que visem apontar as causas desse resultado e estratégias adequadas à sua solução, tais como: análise dos instrumentos usados nas avaliações, revisão dos conteúdos programáticos, análise do comportamento da turma como um todo e dos problemas apresentados, avaliação cooperativa professor/aluno e auto-avaliação do professor, do aluno e em alguns casos, do AEL.

Para a solução dos problemas de ensino-aprendizagem serão previstas aulas de apoio ou outras estratégias de **recuperação paralela**, entrevistas de aconselhamento com pais e

⁵ De acordo com o Art.26, VI da Lei 9.394/96 (LDB) e Pareceres 5/97 e 12/97 da Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE).

professores, apoio individual por técnicos da Coordenação de Avaliação e Atendimento ao Educando – COAE, quando indicado em Conselho de Classe.

As atividades de recuperação serão proporcionadas aos alunos do Ensino Fundamental e Médio que apresentarem baixo rendimento, paralelamente, ao longo do ano. Ao final dos estudos de recuperação os alunos serão novamente avaliados, e prevalecerá a maior nota⁶.

g) Reprovação

Os alunos do Ensino Fundamental e Médio serão reprovados quando obtiverem:

1. frequência anual inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas;
2. média anual inferior a 6 (seis) em qualquer componente curricular.

h) Repetência

O aluno que repetir pela segunda vez o mesmo ano deverá ser encaminhado para estudo de caso, onde serão discutidas a dificuldade de aprendizagem do aluno, o planejamento e as estratégias de ensino utilizadas pelo professor e qualquer outro fator que possa estar interferindo no processo ensino-aprendizagem, na busca de soluções adequadas ao problema.

⁶ De acordo com o Parecer nº 12/97 da CEB.

VII. ORGANIZAÇÃO DA AÇÃO EDUCATIVA

O Colégio de Aplicação do INES possui uma organização peculiar, atendendo a especificidade da proposta de ensino bilíngue para surdos. Dessa forma a Coordenação Pedagógica estabelece estreita relação com o corpo da escola, promovendo reuniões semanais com professores orientadores de cada segmento (SEDIN, CAAF, SEF 1, SEF N – 1º segmento) e equipe (por disciplina dos segmentos SEF 2, SEME, SEF N – 2º segmento) buscando discutir e propor o fazer pedagógico, compondo assim a equipe pedagógica do CAP/INES. As propostas dessa equipe são socializadas com todos os segmentos do colégio pelo professor orientador que reúne sua equipe, também semanalmente, levando as questões apresentadas, assim como as específicas de cada grupo para que todos possam propor, discutir e subsidiar a Coordenação Pedagógica numa relação dialógica e participativa.

Em relação ao espaço escolar, as salas de aula são organizadas, preferencialmente com carteiras dispostas em semi círculo, favorecendo a participação e interação entre aluno e professores.

Importante esclarecer que participam do cenário pedagógico, além do professor regente, o Assistente Educacional em LIBRAS e o intérprete, quando necessário. As equipes técnicas da DISOP, DIFON, DIMO e DIEPRO e os Assistentes de alunos (DIAE) também compõem a equipe do Colégio. A relação entre esses profissionais está diretamente ligada às atribuições de cada um, oferecendo ao aluno um ambiente plenamente favorável ao seu aprendizado, respeitando a proposta de ensino bilíngue:

L1 – Língua de instrução – LIBRAS

L2 – Segunda língua – Língua Portuguesa na modalidade leitura/ escrita

São atribuições do professor regente:

- Criar um ambiente favorável ao ensino, considerando desde a disposição das carteiras às estratégias pedagógicas, tendo como foco o aluno surdo.

- Apresentar à coordenação pedagógica e aos alunos, no início do ano letivo o plano de curso que será desenvolvido.

- Desenvolver o trabalho pedagógico em parceria com o Assistente Educacional em LIBRAS, atendendo à concepção de ensino bilíngue.

- Organizar e elaborar instrumentos de avaliação nas duas línguas, caso necessário em parceria com os Assistentes Educacionais em LIBRAS.

- Participar das reuniões pedagógicas de seu segmento, bem como dos Conselhos de Classe.

- Participar na resolução de questões que digam respeito à postura dos alunos em parceria com a Coordenação de Administração Escolar, Chefia de Serviço, Assistentes de alunos e equipe da DISOP.

São atribuições do Intérprete:

- Traduzir/interpretar em Libras/Língua Portuguesa/Libras todos os processos de comunicação entre pessoas surdas e pessoas ouvintes que não tenham proficiência em Libras em: sala de aula, reuniões, palestras internas, cursos, atividades curriculares e extra curriculares no INES ou em outras instituições e demais acompanhamentos a alunos e ou profissionais surdos que envolvam qualquer meio de comunicação em situações relacionadas ao processo ensino-aprendizagem.

São atribuições do Assistente Educacional em Libras:

- Participar de reuniões pedagógicas junto aos professores de todas as séries da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio.

- Assessorar o professor na criação e desenvolvimento de estratégias de ensino e material pedagógico.

- Contribuir na construção de estratégias de comunicação específicas para o CAP/INES.

- Facilitar a aquisição de informações e conceituações por meio da LIBRAS (conhecimento de mundo).

- Auxiliar na elaboração de instrumentos de avaliação e atividades extra classes, caso necessário.

São atribuições do Assistente de Alunos:

- Orientar os alunos quanto ao cumprimento das normas disciplinares, estabelecidas pelo Regulamento Escolar do Colégio de Aplicação;

- Orientar a movimentação, controlar a frequência e permanência dos alunos nas diversas atividades escolares e nas dependências do Instituto;

- Propor e orientar a programação de atividades livres;

- Acompanhar os alunos do Colégio de Aplicação do INES, quando em atividades extra classe e em casos de remoção;

- Apoiar os alunos e seus responsáveis, no âmbito da Instituição, garantindo a eficácia na comunicação entre pessoas surdas e ouvintes.

- Participar na resolução de questões que digam respeito à postura dos alunos em parceria com a Coordenação de Administração Escolar, Chefes de Serviço, Professores regentes e equipe da DISOP.

São atribuições da Equipe técnica da DISOP:

- Orientar e prestar acompanhamento social e psicológico, bem como promover avaliação pedagógica e orientação educacional, aos alunos do Colégio de Aplicação do INES;

- Participar de estudos de casos e do processo de seleção dos candidatos ao Colégio de Aplicação do INES;

- Colaborar com a identificação, reflexão e busca de soluções para as dificuldades encontradas no processo educacional;

- Atender e orientar os alunos, seus responsáveis e a comunidade quanto aos recursos e serviços disponíveis em outras instituições, em relação à área sócio-psicopedagógica;

- Implementar projetos e atividades de caráter educativo e preventivo para alunos, familiares e/ou responsáveis;

- Participar e efetuar estudos relativos à área sócio-psicopedagógica.

- Participar na resolução de questões que digam respeito à postura dos alunos em parceria com a Coordenação de Administração Escolar, Chefias de Serviço, Professores regentes e Assistentes de alunos.

São atribuições da Equipe técnica da DIFON:

- Prestar atendimento fonoaudiológico ao alunado do INES;

- Emitir parecer fonoaudiológico;

- Participar e efetuar estudos relativos à prevenção, ao diagnóstico e ao atendimento fonoaudiológico a pessoas surdas;

- colaborar, através de apoio técnico, com as instituições de atendimento às pessoas surdas;

- propor a realização de eventos que visem a informar a comunidade, em geral, sobre a prevenção da surdez e técnicas fonoaudiológicas de atendimento às pessoas surdas;
- participar de estudos de casos e da avaliação de candidatos ao Colégio de Aplicação do INES.

São atribuições da Equipe técnica da DIMO:

- prestar assistência médica-odontológica, preventiva e terapêutica aos alunos, em regime ambulatorial;
- orientar e supervisionar as atividades desenvolvidas na área médica-odontológica;
- orientar e encaminhar, quando necessário, os alunos aos serviços de saúde especializados, disponíveis na comunidade;
- emitir parecer médico-odontológico;
- participar e efetuar estudos relativos à área médico odontológica;
- participar de estudos de caso e da avaliação de candidatos ao Colégio de Aplicação do INES;
- acompanhar a remoção de alunos, em casos graves ocorridos nas dependências do Instituto;
- realizar perícia médica dos servidores do INES e de outros órgãos da estrutura do Ministério da Educação, mediante a celebração de convênios;
- ministrar palestras, de acordo com interesse e necessidade da comunidade;
- prestar atendimento aos servidores do INES, em situações de emergência.

São atribuições da Equipe técnica da DIEPRO:

- promover a sondagem de aptidões, a preparação para o trabalho, e a competência social da pessoa surda, objetivando o exercício pleno de sua cidadania;
- promover programas de qualificação profissional para a pessoa surda;
- realizar estudos e levantamento da necessidade de mão-de-obra, visando a inserção da pessoa surda no mercado de trabalho;
- promover a orientação, o encaminhamento e o acompanhamento dos alunos do INES nos estágios;

- promover a orientação, o encaminhamento e o acompanhamento de pessoas surdas no mercado de trabalho;
- participar e realizar estudos relativos à área de profissionalização da pessoa surda.

VIII. PROPOSTA CURRICULAR

1. INTRODUÇÃO

A proposta curricular do Colégio de Aplicação do INES reflete o compromisso dos profissionais desse Instituto com uma educação de qualidade para o aluno surdo. Como premissa fundamental considera-se que a escolarização do surdo não pode ser pensada como uma simples transposição dos modelos pedagógicos oferecidos aos ouvintes.

Nessa perspectiva, a preocupação em promover práticas pedagógicas que atendam às necessidades específicas relacionadas à surdez, no que tange à aprendizagem, assume posição central na elaboração da proposta. Esta, então, contempla todas as áreas de conhecimento previstas nos Planos Curriculares Nacionais, distribuídas e organizadas de acordo com estudos sobre a cognição e a aprendizagem do surdo, encontrados na literatura especializada. Destaca-se aqui o bilingüismo como elemento estruturante em todas as práticas pedagógicas.

A proposta é organizada por segmentos de ensino que guardam características próprias, sem, no entanto, desconsiderar a fundamental integração entre os mesmos. Assim, alguns eixos norteadores na elaboração da proposta são comuns a todos os segmentos:

- Entendimento da aprendizagem como um processo que pressupõe a atividade intelectual do aprendiz. Logo, a proposta curricular é pensada em sintonia com uma metodologia de ensino que concebe o aluno como participante ativo na construção do conhecimento.
- Ênfase nas competências – gerais e específicas – a serem desenvolvidas em cada área de conhecimento. Nessa abordagem curricular, os conteúdos constituem elementos instrumentais, mobilizadores, de referência e suporte para o desenvolvimento das competências, ocupando o lugar de meio, e não de fim, do processo de ensino e aprendizagem. Para tanto, os conteúdos são selecionados, levando-se em conta a significância para o aluno e a contextualização.
- Compreensão de que um saber nunca é dissociado de outros. Logo, todos os conceitos/ conteúdos podem ser articulados, em perspectiva interdisciplinar.

2. GRADE CURRICULAR

GRADE CURRICULAR da Educação Infantil – SEDIN

Previsão Legal : arts. 21 caput, 29 e 30 da LDB/96.

ATIVIDADES		CARGA HORÁRIA (hora/aula)									
		Ed. Prec.*		Maternal**		Jardim I**		Jardim II**		Jardim III**	
		S.	A.	S.	A.	S.	A.	S.	A.	S.	A.
BASE NACIONAL COMUM	Linguagem *** Noções Lógicas e Topológicas*** Ciências*** Est. Sociais***										
	subtotal	2	86	21	03	21	903	21	903	21	903
	Artes	-	-	1	43	1	43	1	43	1	43
	Educação Física	-	-	2	86	2	86	2	86	2	86
	Subtotal	2	86	3	129	3	129	3	129	3	129
	TOTAL	2	86	24	1032	24	1032	24	1032	24	1032
PARTE DIVERSIFICADA	At. Fono. Individual	2	86	2	86	2	86	2	86	2	86
	Biblioteca	-	-	1	43	1	43	1	43	1	43
	LIBRAS (atuação do monitor surdo nas atividades propostas pelo professor regente com os alunos)										
	Subtotal	2	86	3	129	4	129	4	129	4	129
	TOTAL (h/a anual)	4*	172	24**	1032	24**	1032	24**	1032	24**	1032

Calendário Escolar com 43 semanas / 200 dias letivos

Legenda: S ⇒ Semanal

A ⇒ Anual

Hora/aula = 45 minutos

* **Educação Precoce:** 2 - h/a semanais com o professor regente = 86h/a anuais.

2 - h/a atendimentos fonoaudiológicos semanais = 86 atendimentos anuais.

** **Educação Infantil:** Base Nacional (Linguagens, Noções Lógicas e Topológicas, Ciências e Estudos Sociais, Ed. Física e Artes) - 24h/a semanais com o professor regente = 1032h/a anuais.

Parte Diversificada : atendimentos e / ou aulas, conforme especificados na grade, dados por professores e/ ou fonoaudiólogos, dentro do horário do professor regente.

*** **Componentes Curriculares** dados por um único professor regente , perfazendo 24 h/a semanais = 1032 h/a anuais .

GRADE CURRICULAR do Ensino Fundamental/SEF 1 – 1º ao 5º ANO

Previsão Legal: arts 24, 26 e 32 da LDB/ 96; art 3 da lei 11247/2006

	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA (hora / aula)									
		1º		2º		3º		4º		5º	
		S.	A.	S.	A.	S.	A.	S.	A.	S.	A.
BASE NACIONAL COMUM (art. 26,§§1º, 2º LDB)	Português * Matemática* Ciências * Estudos Sociais*										
	Subtotal	24	1032	24	1032	24	1032	24	1032	24	1032
	Artes ** (art. 26,§ 2º)	2	86	2	86	2	86	2	86	2	86
	Educação Física **	3	129	3	129	3	129	3	129	3	129
PARTE DIVERSIFICADA	Subtotal	5	215	5	215	5	215	5	215	5	215
	LIBRAS **	2	86	2	86	2	86	2	86	2	86
	At. Fono Individual ** ***	2	86	2	86	---	---	---	---	---	---
	Biblioteca**	1	43	1	43	1	43	1	43	1	43
	Subtotal	5	215	5	215	3	129	3	129	3	129
	TOTAL (h/a anual)	34	1462	34	1462	32	1376	32	1376	32	1376

Calendário Escolar com 43 semanas / 200 dias letivos

Legenda: **S** ⇒ Semanal

Hora/aula = 45 minutos

A ⇒ anual

* **Base Nacional Comum:** Componentes Curriculares dados por um único professor regente , perfazendo 24 h/a semanais = 1032 h/a anuais .

** **Parte diversificada:** Atendimentos oferecidos fora da carga horária didática semanal com o professor regente: LIBRAS, Atendimento fonoaudiológico e Biblioteca.

*** **Atendimento fonoaudiológico individual:** oferecido obrigatoriamente nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental.

GRADE CURRICULAR do Ensino Fundamental/SEF 2 – 6º ao 9º ANO

Previsão Legal: arts: 24, 26, 27, 32 da LDB/96; art 3 da lei 11274/2006

COMPONENTES CURRICULARES			CARGA HORÁRIA (hora/aula)							
			6º		7º		8º		9º	
			S.	A.	S.	A.	S.	A.	S.	A.
BASE NACIONAL COMUM	Linguagens e códigos	Português	6	258	6	258	6	258	6	258
		Artes	2	86	2	86	2	86	2	86
		Ed. Física	2	86	2	86	2	86	2	86
	Ciênc. Hum e Tecnol.	História	3	129	3	129	3	129	3	129
		Geografia	3	129	3	129	3	129	3	129
	Ciênc. Nat ,Mat. e suas tecnologias	Matemática	5	215	5	215	5	215	5	215
		Ciências Físicas e Biológicas	3	129	3	129	3	129	4	172
		Subtotal	24	1032	24	1032	24	1032	25	1075
PARTE DIVERSIFICADA	LIBRAS		1	43	1	43	1	43	1	43
	Iniciação à Literatura		2	86	2	86	2	86	2	86
	L. Estrangeira-Inglês (art.26§ 5ª LDB)		2	86	2	86	2	86	2	86
	Orientação p/ o trabalho*		---	---	---	---	---	---	---	---
	Subtotal		5	215	5	215	5	215	5	215
	TOTAL (h/a anual)		29	1247	29	1247	29	1247	30	1290

Calendário Escolar com 43 semanas / 200 dias letivos / 30 h/a semanais

Legenda: S ⇒ Semanal A ⇒ Anual**Hora/Aula** = 45 minutos - 6 h/a por dia

* Em conformidade com o Art. 27, inciso III da Lei 9.394, de 20/12/96, a **Orientação para o Trabalho** será oferecida aos alunos através de palestras e/ ou cursos promovidos pela **DIEPRO**.

GRADE CURRICULAR do Ensino Médio/SEME
Previsão Legal: arts. 24, 26, 27, 35 e 36 da LDB/96

COMPONENTES CURRICULARES			CARGA HORÁRIA (H / A)					
			1ª		2ª		3ª	
			S	A	S	A	S	A
BASE NACIONAL COMUM	Linguagens e Códigos	Português	4	172	4	172	4	172
		Literatura Brasileira	2	86	2	86	2	86
		Artes	2	86	1	43	1	43
	Ciências Humanas e suas Tecnologias	Educação Física	2	86	2	86	2	86
		História	3	129	3	129	3	129
		Geografia	3	129	3	129	3	129
	Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias	Física	2	86	3	129	3	129
		Química	2	86	3	129	3	129
		Matemática	5	215	5	215	5	215
		Biologia/Programa de Saúde	3	129	3	129	3	129
		Subtotal	28	1204	29	1247	29	1247
PARTE DIVERSIFICADA	Língua Estrangeira - Inglês (art. 36,III da LDB)		2	86	1	43	1	43
	Orientação p/ o trabalho *							
	Subtotal		2	86	1	43	1	43
	TOTAL (h/a anual)		30	1290	30	1290	30	1290

Calendário Escolar com 43 semanas / 200 dias letivos / 30 h/a semanais

Legenda: **S** ⇒ Semanal

Hora/Aula = 45 minutos - 6 h/a por dia

A ⇒ Anual

* Em conformidade com o Art. 27, inciso III da Lei 9.394, de 20/12/96, a **Orientação e o Encaminhamento Profissional** serão oferecidos aos alunos pela **DIEPRO**, através de palestras, cursos e / ou contatos com Empresas para treinamento dos alunos.

GRADE CURRICULAR do Ensino Fundamental Noturno/SEF N -- 1º ao 5º ANO
Previsão Legal: art.37 c/c arts. 24, I; 27, III e 34 da LDB/96

COMPONENTES CURRICULARES		CARGA HORÁRIA (Hora/Aula)									
		1º		2º		3º		4º		5º	
		S.	A.	S.	A.	S.	A.	S.	A.	S.	A.
NÚCLEO COMUM	Português *										
	Matemática *										
	Estudos Sociais *										
	Ciências *										
	Artes **	2	86	2	86	2	86	2	86	2	86
	subtotal	24	1032	24	1032	24	1032	24	1032	24	1032
PARTE DIVERSIFICADA	LIBRAS***	2	86	2	86	2	86	2	86	2	86
	Orientação para o trabalho ****	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
	Educação Física *****	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
	Subtotal	2	86	2	86	2	86	2	86	1	86
	TOTAL (h/a anual)	25	1075	25	1075	25	1075	26	1075	25	1075

Calendário Escolar com 43 semanas / 200 dias letivos / 25 h/a semanais

Legenda: S ⇒ Semanal A ⇒ Anual Hora/Aula = 40 minutos - 5 h/a por dia

* 24 h/a semanais com o professor regente, ministrando aulas de Português, Matemática, Estudos Sociais e Ciências.

** Aulas dadas dentro das 24 h/a do professor regente com a turma. Estarão sempre presentes o professor regente e o professor com formação específica para o componente curricular.

*** LIBRAS – professor com formação específica, sendo uma hora/aula dentro da carga horária do professor regente da turma.

**** Em conformidade com o art. 27, inciso III da Lei 9.394, de 20/12/96, a **Orientação para o Trabalho** será oferecida aos alunos através de palestras e/ ou cursos promovidos pela **DIEPRO**.

***** Em conformidade com a Lei nº 10.793 de 01/12/2003, a Educação Física será oferecida aos alunos em horário contrário, com carga horária de 2h/a semanal.

GRADE CURRICULAR do Ensino Fundamental Noturno/ SEF N – 6º a 9º ANO

Previsão Legal: art. 37 c/ arts. 24, I; 27, III ; 32 e 34 §1º da LDB/96

COMPONENTES CURRICULARES			CARGA HORÁRIA (H/A)							
			5ª		6ª		7ª		8ª	
			S.	A.	S.	A.	S.	A.	S.	A.
BASE NACIONAL COMUM	Linguagens e Códigos	Português	5	215	5	215	5	215	5	215
		Artes	2	86	2	86	2	86	2	86
	Ciências Humanas e suas Tecnologias	História	3	129	3	129	3	129	3	129
		Geografia	3	129	3	129	3	129	3	129
	Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias	Matemática	4	172	4	172	4	172	4	172
		Ciências Físicas e Biológicas	3	129	3	129	3	129	4	172
		subtotal	20	860	20	860	20	860	21	903
PARTE DIVERSIFICADA	LIBRAS		2	86	2	86	2	86	1	43
	Língua Estrangeira-Inglês		2	86	2	86	2	86	2	86
	Iniciação à Literatura		1	43	1	43	1	43	1	43
	Educação Física *		---	---	---	---	---	---	---	---
	Orientação p/o Trabalho **		---	---	---	---	---	---	---	---
	Subtotal		5	172	5	172	5	172	4	172
	TOTAL (h/a anual)		25	1032	25	1032	25	1032	25	1075

Calendário Escolar com 43 semanas / 200 dias letivos / 25 h/a semanais

Legenda: S ⇒ Semanal A ⇒ anual

Hora/Aula = 40 minutos / 5 h/a por dia

* Em conformidade com a Lei nº 10.793 de 01/12/2003, a **Educação Física** será oferecida aos alunos em horário contrário.

** Em conformidade com o art. 27, inciso III da Lei 9.394, de 20/12/96, a **Orientação para o Trabalho** será oferecida aos alunos através de palestras e/ ou cursos promovidos pela **DIEPRO**.

GRADE CURRICULAR do ENSINO MÉDIO/SEME - Noturno

Previsão Legal : art. 37 c/c arts. 24, I; 27, III; 32 e 34 §1º da LDB/96

COMPONENTES CURRICULARES			CARGA HORÁRIA (H / A)					
			1ª		2ª		3ª	
			S	A	S	A	S	A
BASE NACIONAL COMUM	Linguagens e Códigos	Português	4	172	4	172	4	172
		Literatura Brasileira	1	43	1	43	1	43
	Ciências Humanas e suas Tecnologias	Artes	1	43	1	43	1	43
		História	3	129	3	129	3	129
	Ciências da Natureza , Matemática e suas Tecnologias	Geografia	3	129	3	129	3	129
		Física	2	86	2	86	2	86
		Química	2	86	2	186	2	86
		Matemática	4	172	4	172	4	172
		Biologia/Programa de Saúde	3	129	3	129	3	129
		subtotal	23	989	23	989	23	989
PARTE DIVERSIFICADA	Língua Estrangeira - Inglês		2	86	2	86	2	86
	Educação Física *		-	-	-	-	-	-
	Orientação p/o Trabalho **		-	-	-	-	-	-
	subtotal		2	86	2	86	2	86
	TOTAL (h/a anual)		25	1075	25	1075	25	1075

Calendário Escolar com 43 semanas / 200 dias letivos / 25 h/a semanais

Legenda: S ⇒ Semanal

A ⇒ Anual

Hora/Aula = 40 minutos

* Em conformidade com a Lei nº 10.793 de 01/12/2003, a Educação Física será oferecida aos alunos em horário contrário.

** Em conformidade com o art. 27, inciso III da Lei 9.394, de 20/12/96, a **Orientação e o Encaminhamento Profissional** serão oferecidos aos alunos pela **DIEPRO**, através de palestras , cursos e / ou contatos com Empresas para treinamento dos alunos.

3. EDUCAÇÃO INFANTIL

3.1. APRESENTAÇÃO

Em concordância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), no Colégio de Aplicação do Instituto Nacional de Educação de Surdos (CAP-INES) a Educação Infantil se organiza em duas etapas: a *Educação Precoce*, que atende crianças surdas de 0 a 3 anos e 11 meses de idade e a *Pré-Escola*, que atende crianças de 4 a 5 anos e 11 meses de idade.

A orientação teórica do trabalho pedagógico é a perspectiva sócio-interacionista e, nessa direção, considera-se, de acordo com Rosa (2010), que,

“...assim como as crianças ouvintes, as crianças surdas são seres ativos que precisam de oportunidades para se tornar competentes para enfrentar os desafios e as diversidades que lhes serão impostas pela vida. Nessa perspectiva não há, portanto, como se pensar em uma educação infantil para crianças surdas sem privilegiar e considerar o contexto histórico, social e cultural no qual esses sujeitos encontram-se inseridos.” (ROSA, 2010, p.43)

Nessa direção, o projeto pedagógico desse segmento de ensino, pautando-se nos Referenciais Curriculares Nacionais, organiza-se em torno de dois grandes eixos: *Conhecimento de Mundo e Formação Pessoal e Social*. Tanto as crianças surdas na Educação Precoce quanto as da Pré-escola têm oportunidade de participar de experiências lúdicas envolvendo Natureza e Sociedade: Matemática e Linguagem, em suas várias modalidades de expressão. As experiências lúdicas planejadas para essa faixa etária permitem que as crianças adquiram, gradativamente, sua identidade e desenvolvam uma autonomia relativa que lhe permitirá apreender o mundo a partir de um maior domínio de seu corpo e de novas interações, através da ampliação de seus espaços sociais.

Para que a criança surda tenha acesso ao conteúdo pedagógico e seja valorizada em sua particularidade lingüística podendo compreender o mundo que a rodeia, de acordo com seu olhar infantil, expressando seus pensamentos, emoções, sentimentos e necessidades, elas vivenciam esse conteúdo, naturalmente, através da língua de sinais e da língua portuguesa escrita, numa abordagem bilíngüe. Sobre essa particularidade do currículo para crianças surdas podemos evocar os preceitos encontrados na Lei de Libras (2005):

“as escolas devem ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino de Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos.”

(DECRETO-LEI nº 5.626/2005)

As estratégias de sala de aula são planejadas considerando o mundo infantil, as interações sociais que se efetivam tanto com crianças quanto com adultos, surdos e ouvintes e a brincadeira, modo característico que todas as crianças têm para observar, investigar, questionar, descobrir, imaginar, criar e elaborar sentimentos, e interagir. Com isso, as

vivências da criança surda na Educação Infantil assumem outras dimensões que lhe permitem seu desenvolvimento pleno.

O currículo, então, é pensado de forma que o professor possa fazer adaptações, quando esse avaliar que a medida favorecerá o desenvolvimento global daquela(s) criança(s).

Em se tratando de avaliação e promoção de alunos, o critério de faixa etária não é priorizado, mas sim, o conjunto de aprendizagens adquiridas pela criança surda nos diferentes níveis da Educação Infantil.

3.1.1. EDUCAÇÃO PRECOCE

A Educação Precoce no CAP-INES visa à entrada no processo escolar de crianças surdas, o mais cedo possível, considerando-se que a estimulação cognitiva nessa fase da vida da criança é importantíssima para o seu desenvolvimento.

O currículo da Educação Precoce orienta-se pelos conhecimentos do desenvolvimento infantil e da relação da criança com o meio social. O trabalho pedagógico envolve atividades lúdicas, com experiências variadas que buscam promover o desenvolvimento pleno da criança, respeitando tanto sua faixa etária quanto as características da surdez.

A orientação familiar constitui uma parte importante do trabalho, tendo por objetivo favorecer um envolvimento maior entre a família, a criança e a escola. Com isso, espera-se fazer frente às inúmeras dúvidas e incertezas que, em geral, envolvem o nascimento e a primeira infância da criança surda e sua família.

Após o laudo de surdez, por falta de conhecimento, a família sem a orientação adequada, pode não conseguir interagir satisfatoriamente. O desconhecimento sobre a surdez e suas repercussões para o desenvolvimento da criança surda, pode inclusive, levar a família a acreditar em mitos que dificultam ainda mais as relações da criança em seu meio familiar, podendo se estender para outros espaços de interação e interferir negativamente no processo de aprendizagem da criança. Dessa forma, entendemos que *“a participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização de suas formas de organização”* (BRASIL, Resolução 4/2010) é a forma mais apropriada de parceria entre a escola e a família. Juntas tornar-se-ão mediadoras entre a criança surda e as experiências mais significativas para o desenvolvimento de suas potencialidades.

No CAP/INES, a Educação Precoce atende crianças com surdez profunda ou severa. Entre 0 e 2 anos e 6 meses o atendimento pedagógico é individual, respeitando-se as especificidades deste período de vida, as características individuais da surdez e do desenvolvimento lingüístico do aluno. De 2 anos e 7 meses até 3 anos e 11 meses a criança surda é gradativamente incluída em um atendimento de grupo. A duração dos atendimentos, também, vai aumentando gradativamente até completar o horário parcial (turno da manhã ou tarde).

Os critérios de promoção da Educação Precoce são os mesmos para toda a Educação Infantil, sugeridos pelo MEC. Segundo Hoffman (1998) avalia-se a criança nesse primeiro segmento do ensino básico

“... registrando-se trajetórias peculiares, curiosidades, avanços e dificuldades próprias de cada criança, respeitando o seu ‘ser’ diferente dos outros”. (HOFFMAN, 1998, p.51)

Desta forma, são avaliados aspectos do desenvolvimento, sem que essa avaliação constitua impedimento para que a criança avance nos níveis de escolaridade. Apenas servem de referência para que os professores junto com a família acompanhem o progresso da criança desse período de escolarização.

Considerando-se as aprendizagens como um marco no processo ensino-aprendizagem, espera-se que ao atingir 3 anos e 11 meses de idade ou estar próxima a esta faixa etária, a criança da Educação Precoce deverá no que tange:

- à autonomia, *salvo algum impedimento físico psico-motor*:

- Caminhar, sem auxílio procurando explorar os espaços próximos;
- Distanciar-se, voluntariamente, do adulto que a acompanha;
- Interagir com adultos e crianças fora de seu círculo familiar;
- Iniciar o processo de identidade estabelecido pela oposição Eu/Outro.

- ao conhecimento de mundo:

- Demonstrar através das atividades lúdicas que adquiriu atenção dirigida e memória lógica, possibilitando a abstração e a generalização, próprios de sua faixa etária;
- Utilizar os brinquedos demonstrando coerência, imaginação e criatividade nessa atividade;
- Ser capaz de resolver problemas, próprios de sua faixa etária, através de atividades lúdicas e cotidianas.
- Comunicar-se com crianças e adultos, demonstrando compreender situações do dia-a-dia e expressando-se através de gestos naturais e alguns sons e sinais significativos, considerando-se suas possibilidades lingüísticas.
- Expressar-se através da dramatização demonstrando que compreendeu fatos vividos e/ou narrados.

3.1.2. PRÉ-ESCOLA

A Pré-Escola atende crianças surdas de 4 a 6 anos. Em geral, essas crianças já possuem autonomia tal que permite interação em diferentes grupos sociais, com crianças e adultos. Elas são capazes de participar de formas sociais mais complexas, que favorecem, entre outros, o desenvolvimento da linguagem. Sendo assim, a interação no ambiente da sala é estimulada e valorizada.

A brincadeira, nesse período, assume papel fundamental na organização da atividade escolar, posto que é através dela que a criança vivencia situações que favorecem o seu desenvolvimento.

Segundo os mesmos critérios do período anterior a criança da Pré-Escola deve ser avaliada em suas atividades lúdicas. De acordo com o MEC (2009)

“as instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças sem objetivo de seleção, promoção ou classificação [...]” (BRASIL, Resolução 5/2009).

Dessa forma a criança surda ao final da Pré-Escola deverá no que tange:

- à autonomia, *salvo algum impedimento físico psico-motor*:

- Interagir com adultos e crianças fora de seu círculo familiar reconhecendo-se em sua individualidade.
- Demonstrar ter adquirido autonomia em algumas atividades de seu dia-a-dia.

- ao conhecimento de mundo:

- Demonstrar através das atividades lúdicas que adquiriu atenção dirigida e memória lógica, possibilitando a abstração e a generalização, próprios de sua faixa etária;
- Utilizar os brinquedos demonstrando coerência, imaginação e criatividade nessa atividade;
- Compreender e respeitar regras estabelecidas socialmente.
- Ser capaz de resolver problemas em suas atividades lúdicas e cotidianas.
- Comunicar-se com crianças e adultos, demonstrando compreender situações do dia-a-dia e expressando-se através de gestos naturais e alguns sons e sinais significativos, considerando-se suas possibilidades lingüísticas.
- Expressar-se através de dramatização demonstrando que compreendeu fatos vividos e/ou narrados;
- Reconhecer a função social da escrita.

4. ENSINO FUNDAMENTAL

4.1 APRESENTAÇÃO

No Instituto Nacional de Educação de Surdos, o Ensino Fundamental compreende nove níveis escolares, 1º ao 9º ano, que são desenvolvidos em dois serviços: Serviço de Ensino Fundamental 1 (SEF1) e Serviço de Ensino Fundamental 2 (SEF2).

Do 1º ao 5º ano, segmento denominado Ensino Fundamental 1, os componentes curriculares constam de sete disciplinas regulares na Base Nacional Comum (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes e Educação Física), uma na Parte Diversificada (LIBRAS) e três atendimentos (Oficina de Leitura, Oficina de Matemática e Oficina de Ciências).

Do 6º ao 9º ano, segmento denominado Ensino Fundamental 2, os componentes curriculares constam de disciplinas regulares em número de nove, sendo sete na Base Nacional Comum (Português / Literatura Brasileira, Artes, Educação Física, História, Geografia, Física, Química, Matemática, Biologia) e uma na Parte Diversificada (LIBRAS).

O currículo do 1º ao 9º ano segue os Parâmetros Curriculares Nacionais nos pressupostos teórico-metodológicos com base na abordagem sócio-interacionista de aprendizagem, onde o conhecimento é construído através da interação por aprendizes e pares mais competentes (o professor ou outros aprendizes) no esforço conjunto de resolução de tarefas explorando o nível real em que o aluno está e o nível em potencial para aprender (Vigotsky, 1994). O socio-interacionismo é compreendido como facilitador do processo de comunicação entre as partes envolvidas no processo ensino-aprendizagem e, no caso específico do CAP/INES, como um fator de fortalecimento da identidade surda em seus aspectos sócio-histórico-culturais.

Na Parte Diversificada, levando em conta o dispositivo legal (Lei 9.394/96 – Art. 26

“.... exigida pelas características regionais e locais da sociedade da cultura, da economia e da clientela”), foi introduzida LIBRAS em se tratando de uma clientela de alunos surdos, que tem esta por sua língua natural. De acordo com os fundamentos deste Projeto Político-Pedagógico, a LIBRAS é considerada como primeira Língua da comunidade surda, sendo também Língua de instrução no currículo da Instituição.

Considerando a LIBRAS como língua de instrução do aprendiz surdo e o meio pelo qual constrói sua identidade e leitura do mundo, aborda-se o ensino de Língua Portuguesa, como segunda língua nas habilidades de leitura e escrita, objetivando levar o aluno a alcançar a competência comunicativa nestas habilidades, produzindo textos, utilizando palavras relacionadas ao seu cotidiano e aos temas trabalhados.

Os procedimentos metodológicos em Língua Portuguesa são organizados em torno de três tipos de conhecimentos: conhecimento de mundo, conhecimento de organização textual e conhecimento sistêmico, buscando desenvolver indivíduos autônomos com competência comunicativa na leitura e na escrita.

Nas demais disciplinas, os conteúdos programáticos foram selecionados a partir da prática pedagógica, em seguida, analisados e mapeados em torno de conceitos – chave – os mesmos para todo o segmento, levando-se em conta a continuidade ao longo dos níveis escolares. Esses conteúdos serão trabalhados, preferencialmente, de forma interdisciplinar através de projetos e temas geradores selecionados de acordo com os conteúdos programáticos, acontecimentos significativos e interesse dos alunos nos diferentes níveis

5. ENSINO MÉDIO

5.1. APRESENTAÇÃO

A grade curricular do Ensino Médio no CAP/INES é composta de componentes curriculares entendidos como disciplinas regulares, em número de treze sendo doze na Base Nacional Comum (Língua Portuguesa, Literatura Brasileira, Artes, Educação Física, História, Geografia, Física, Química, Matemática, Biologia / Programa de Saúde, Sociologia e Filosofia) e uma na Parte Diversificada (inglês).

O currículo do Ensino Médio, dando continuidade aos segmentos anteriores, segue os pressupostos teóricos do sócio-interacionismo, já explicitados neste documento.

Tomando como base as Diretrizes Curriculares Nacionais do ensino Médio (DCN-EM) e como subsídios os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN-EM), os componentes curriculares encontram-se organizados nas três áreas de acordo com a documentação citada.

A concepção e o tratamento do currículo apresentados nesse Projeto apresentam as seguintes características:

- 1 Tratamento curricular por áreas de ensino, sem dispensar as relações interdisciplinares entre as áreas no currículo formal e em especial no currículo em ação.
- 2 Explicitação dos conceitos-chave na organização e estruturação dos conteúdos.
- 3 Explicitação de temas interdisciplinares a serem trabalhados ao longo do segmento no currículo intra e inter áreas.
- 4 Seleção das competências disciplinares por área que funcionarão como critérios de avaliação do aluno.

Os componentes curriculares estão organizados nas três Áreas de acordo com as DCN-EM e PCN-EM, tendo sido feitas, pela especificidade da alunado, as adequações necessárias.

As competências disciplinares e por Área que constam nas DCN-EM e nos PCN-EM foram analisadas e selecionadas (e/ou acrescentadas) aquelas que melhor atendam às possibilidades limites e expectativas da clientela a fim de propiciar-lhe condições para o

exercício mais consciente de sua cidadania e uma inserção mais favorável no mercado de trabalho.

Essas competências deverão servir como critérios de avaliação dos alunos, ao longo das séries, para sua certificação.

6. ENSINO FUNDAMENTAL NOTURNO

6.1. Apresentação

O Ensino Fundamental oferecido pelo SEF/N (Serviço de Ensino Fundamental – Noturno) do CAP/INES no turno noturno destina-se a alunos a partir de 16 anos oriundos do 1º e 2º turnos da própria Instituição, e outros transferidos da rede pública e particular, como também a alunos novos, que nunca freqüentaram escola ou que a abandonaram por longo tempo.

Os jovens e adultos matriculados nos primeiros anos escolares do Ensino Fundamental Noturno (1º ao 5º ano) apresentam características muito específicas. Em geral, esse aluno é aquele que nunca freqüentou a escola, ou por algum tipo de dificuldade, suspendeu o percurso escolar na infância e retorna ao estudo, pouco ou muito tempo depois, para concluir a tarefa interrompida. Também se encontram entre os alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental Noturno aqueles que nunca interromperam a escolarização, mas cuja vida escolar foi marcada pelas dificuldades de aprendizagem. Além disso, cabe ressaltar que, em se tratando de alunos surdos, a escolarização tem uma relação estreita com o nível de domínio da língua alcançado (colocar aqui uma referência), o que faz com que esses alunos, muitas vezes, apresentem pouca ou nenhuma competência tanto em LIBRAS quanto em Português.

Dessa forma, é adequado que se pense uma proposta curricular diferenciada, que atenda às demandas específicas dessa população, sem, entretanto, deixar de cumprir a base curricular estabelecida para o Ensino Fundamental. Assim, como no Ensino Fundamental oferecido nos turnos diurnos, o currículo do primeiro segmento do Ensino Fundamental Noturno compõe-se de cinco disciplinas regulares na Base Nacional Comum (Português, Matemática, Estudos Sociais, Ciências e Artes) e uma na parte diversificada (LIBRAS). A prática pedagógica, por sua vez, é organizada de forma diferenciada de modo a fazer frente às demandas específicas desse grupo de alunos.

O programa de ensino é distribuído em cinco níveis de aprendizagem, 1º ao 5º ano. O principal objetivo estabelecido para o processo de ensino e aprendizagem da língua é o desenvolvimento da competência discursiva em LIBRAS de modo a favorecer o acesso e a participação do indivíduo no mundo, contribuindo para o exercício pleno da cidadania.

Tornando o espaço educativo um ambiente de letramento em LIBRAS, possibilita-se a aprendizagem da Língua Portuguesa como segunda Língua. Com o objetivo de levar o

aluno a alcançar a competência comunicativa nas habilidades de leitura e escrita de Língua Portuguesa, espera-se contribuir o acesso e participação no mundo letrado.

O currículo do 2º segmento do Ensino Fundamental Noturno (6º ao 9º ano) corresponde ao praticado no Ensino Fundamental diurno nesta Instituição. A grade curricular compõe-se de disciplinas regulares em número de nove, sendo sete na Base Nacional Comum (Língua Portuguesa / Literatura Brasileira, Artes, Educação Física, História, Geografia, Física, Química, Matemática, Biologia) e uma na Parte Diversificada (LIBRAS).

Neste segmento, a proposta curricular é baseada nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental (DCN – E.F.) e tem como subsídios os Parâmetros Curriculares (PCN – E.F. – 3º e 4º ciclos) e a Proposta Curricular do 1º segmento garantindo a continuidade dos conteúdos e das diretrizes metodológicas utilizadas anteriormente.

Em ambos os segmentos a organização dos conteúdos curriculares é norteadada pela seleção de competências que se pretende promover no alunado. A avaliação é feita por competências alcançadas. A seleção de competências específicas por ano, ao longo de anos escolares e ao final do 9º ano são utilizadas como critérios de avaliação do desempenho do aluno.

Abaixo, encontram-se os currículos do primeiro segmento do Ensino Fundamental Noturno (1º ao 5º ano) e as grades de competências desse segmento.

Para acesso ao currículo do segundo segmento do Ensino Fundamental Noturno (6º ao 9º ano) deve-se consultar o currículo do segundo segmento do Ensino Fundamental à página deste documento.

7. CENTRO DE ATENDIMENTO ALTERNATIVO FLORESCER- CAAF

7.1. Apresentação

Com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, Capítulo V, artigo 58, que trata do atendimento a educandos “portadores de necessidades especiais” **preferencialmente** na rede regular de ensino, estabelece em seu parágrafo 2º que “ ***O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.***”, o Centro de Atendimento Alternativo Florescer – CAAF se constitui em um espaço de ensino-aprendizagem para alunos surdocegos e aqueles com deficiência múltipla⁷. Os alunos que ingressam neste programa

⁷ **Surdocegos** – crianças e jovens que apresentam perdas parcial ou total dos dois canais sensoriais de distância (visão e audição), cuja combinação produz graves problemas de comunicação e em outros aspectos do desenvolvimento e de aprendizagem (McInnes,1997; Miles,1999; SEESP,2003; Amaral,2004; Gomes,2006)

apresentam um diagnóstico preliminar de surdez como a deficiência principal associada a outros comprometimentos de ordem física, sensorial, mental e de comportamento social.

As crianças e jovens que compõem o alunado do CAAF apresentam características que variam muito de acordo com: a) fatores que levaram a condição dos mesmos; b) manifestações e conseqüências da combinação das deficiências; c) ambientes familiar, social e cultural; d) recursos do atendimento clínico, escolar e; d) outros serviços que estes indivíduos e suas famílias necessitam. A combinação desses fatores influencia o desenvolvimento das crianças, a forma como elas interagem com os diferentes ambientes e o modo como aprendem, sobretudo no que se refere à comunicação. Essa diversidade impede que seja traçado um perfil único desses sujeitos em função das necessidades individuais tão distintas, tanto quanto de suas potencialidades e habilidades.

No entanto, dado o fato de que a surdez é a deficiência principal e, em geral, de causa congênita ou adquirida antes da aquisição de uma língua, esses alunos têm como prioridade a comunicação e a necessidade de uma atenção educacional específica que os ajude a alcançar o melhor do seu potencial comunicativo e consequentemente sua aprendizagem. Eles, em geral, não se comunicam de forma simbólica, contudo, quando inseridos em um ambiente de aprendizagem adequado às suas necessidades, se expressam por meio de movimentos, expressões faciais, vocalizações e gestos contextualizados, dependendo de sua experiência sensorial, para se conectarem com o ambiente. O desenvolvimento das habilidades comunicativas, portanto, se constitui tanto em um meio como em um fim no processo educativo e compreende o ensino de formas comunicativas próprias, ajustadas à capacidade perceptiva de cada um dos alunos (Gomes, 2006).

Partimos do pressuposto, portanto, de que a surdocegueira e a deficiência múltipla não se caracterizam pelo somatório de duas ou mais deficiências, mas sim pelo nível de desenvolvimento, pelas possibilidades funcionais de comunicação, interação social e de aprendizagem. Entende-se que esses aspectos é que determinarão as necessidades educacionais desses indivíduos.

Com base na perspectiva educacional inclusiva apontada pela Secretaria de Educação Especial do MEC (SEESP, 2003) temos como premissa básica a educação de crianças e jovens surdocegos e os com deficiência múltipla pautada nas reais necessidades desses alunos visando o desenvolvimento de suas potencialidades e aquisição de competências para atuar da melhor maneira possível no ambiente familiar, escolar e comunitário.

Destacamos a abordagem sociológica e relacional como a base para a elaboração de programas funcionais, também chamados ecológicos, mais apropriados para a educação de alunos com deficiência múltipla (Brown, Certo e Gruenewald, 1979; Eichinger, Downing e Houghton, 1990; Baine, 1991; Goetz, 1995; Orelove e Sobsey, 1996; Eichinger e Downing, 1996; SEESP, 2003; Amaral, 2004; Cormedi, 2005, citados por Gomes, 2006). Um programa baseado em uma abordagem sócio-funcional tem como foco o ensino de habilidades que sejam prioritárias para a funcionalidade dos mesmos em seus contextos sociais de acordo

Deficiência Múltipla – crianças e jovens que apresentam a surdez associada à acentuada limitação no domínio cognitivo e/ou no domínio motor e que podem ainda necessitar de cuidados de saúde (Orelove e Sobsey, 1996; Miles e Riggio, 1999; SEESP, 2003; Amaral, 2004; Gomes, 2006).

com a idade cronológica e levam em conta as necessidades, desejos, interesses dos alunos e de seus familiares.

A concepção funcional na elaboração de um programa educacional individualizado para os surdocegos e os deficientes múltiplos considera os pais como parceiros, ou seja, cooperadores do processo de desenvolvimento e aprendizagem de seus filhos. Essa perspectiva baseia-se na convicção de que a unidade familiar é de vital importância para qualquer indivíduo e considera-a como principal suporte para as crianças e jovens, que na maioria das vezes se constitui na única conexão com o mundo.

Considerando a complexidade das combinações das necessidades físicas, médicas, educacionais e sócio-emocionais, o programa funcional prevê a **modalidade transdisciplinar** de planejamento em equipe, ou seja, os profissionais que têm relação com o aluno devem compartilhar conhecimentos sobre suas respectivas especialidades sob uma concepção holística na condução **de um mesmo objetivo** na educação do mesmo.

O modelo de planejamento transdisciplinar é centrado na criança e as decisões são tomadas em conjunto pelos elementos da equipe. Dessa forma, a responsabilidade sobre o processo educativo do aluno é partilhada por todos, cabendo ao professor e aos pais o papel de impulsionar sua educação (Smith e Levack, 1996, citados por Nunes, 2001).

Entendemos, portanto, que ao proporcionarmos atividades pautadas em um currículo funcional e apoiadas nos recursos de comunicação alternativa, estaríamos contribuindo para minimizar o impacto de uma desvantagem acadêmica no desenvolvimento desses alunos.

Neste sentido e apoiado no artigo 59, inciso I da LDBEN, o qual assegura aos educandos com “necessidades especiais” – ***“currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;”***, o CAAF tem como objetivo ***promover um ambiente de aprendizagem que favoreça o desenvolvimento das habilidades prioritárias que o aluno necessita para interagir nos ambientes de seu cotidiano com maior independência*** e propõe uma organização curricular pautada no desenvolvimento de competências e habilidades específicas que são destacadas a seguir:

Áreas de Desenvolvimento

1. Interação e Comunicação

1.1. Habilidades

- 1.1.1. Estabelecer atenção compartilhada
- 1.1.2. Desenvolver função comunicativa (intenção aparente do aluno ou aos efeitos desejados e/ou produzidos no mediador)
- 1.1.3. Desenvolver ato intencional ou indicativo de intencionalidade (ação ou comportamento emitido por um membro da díade produzindo um efeito no interlocutor, interpretado como tendo uma função comunicativa)

- 1.1.4.Desenvolver iniciativa interacional (primeiro comportamento verbal ou não verbal⁸ da sequência interativa emitido pelo aluno com o objetivo de afetar o comportamento do mediador)
- 1.1.5.Manter e ampliar os episódios interativos de forma sincrônica.
- 1.1.6.Utilizar formas de comunicação em nível pré-simbólico ou em nível simbólico, ajustadas à capacidade perceptiva do aluno.

2. Integração Sensorial

2.1. Habilidades

- 2.1.1.Utilizar os sentidos visuais e auditivos remanescentes associados ao sentido tátil na interação com objetos e pessoas, bem como os sentidos proprioceptivo e vestibular em atividades que envolvam movimentos corporais.

3. Ação e Movimento

3.1. Habilidades

- 3.1.1.Movimentar-se coordenadamente de forma mais independente possível na realização de atividades de vida prática e social.

4. Orientação e Mobilidade

4.1. Habilidade

- 4.1.1.Desenvolver orientação espacial por meio de pistas visuais e/ou táteis na escola
- 4.1.2.Coordenar movimentos que possibilitem o deslocamento de forma mais segura e independente possível.

Obs: As habilidades relacionadas acima perpassarão por todas as atividades elaboradas no programa de intervenção estabelecido para o aluno.

⁸ Ações comunicativas produzidas por aqueles que se encontram em nível pré-simbólico de comunicação.

IX. DISPOSIÇÕES GERAIS

O quadro de Entraves apresentado a seguir refere-se ao Colégio como um todo, levando-se em conta os itens apontados nos fóruns de discussão, durante todo o processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico. A dinâmica da realidade escolar solicita uma reavaliação permanente das ações desenvolvidas no CAP/INES, objetivando sempre o nosso aluno. A Comissão optou por descrever os entraves acompanhados por propostas e metas, levando em conta o prazo previsto para a realização de cada proposta.

ENTRAVES	PROPOSTAS	METAS	Prazo previsto p/ realização		
			Curto Até 1 ano	Médio Até 2 anos	Longo De 3 a 4 anos
A não existência da função de Assistência Educacional em LIBRAS (AE/LIBRAS) no Serviço Público. E número insuficiente desses profissionais na instituição.	Criação da função, realização de concurso, promoção de cursos de formação e capacitação. Contratação de número adequado desses profissionais de acordo com a demanda interna.	Melhorar a prática de ensino-aprendizagem através da mediação do AE/LIBRAS.		X	
Baixa proficiência de LIBRAS dos professores e demais profissionais Libras ainda não é a língua que predomina em todos os ambientes do colégio	Capacitação contínua nos cursos de LIBRAS, que contemplem o perfil de cada profissional ligado ao processo educativo, respeitando sua disponibilidade de trabalho. Criação de espaços de convivência em LIBRAS; Convívio dos professores em espaços variados como pátio, refeitório, corredores, etc.	Aprimorar o uso de LIBRAS no contexto institucional como primeira língua.	X	X	X
A maioria dos professores é ouvinte, havendo uma tendência de a Língua Portuguesa orientar o processo de ensino-aprendizagem, provocando deslocamentos em	Reunião pedagógica das equipes de Libras e Língua Portuguesa no mesmo horário. A abordagem do docente deve	Que a Língua Portuguesa seja desenvolvida como L2; Aperfeiçoamento da proposta de Ensino Bilíngue	X		

relação a L1.	partir da compreensão e da perspectiva do surdo para o ensino de Língua Portuguesa como L2.				
Incompreensão de que as línguas estrangeiras (Espanhol, Inglês, etc.) constituem seu aprendizado a partir da referência da língua de sinais.	Iniciar debate linguístico sobre a aquisição de línguas estrangeiras (Espanhol, Inglês, etc.) na modalidade escrita a partir de LIBRAS;	Desenvolver estratégias e metodologias para acesso e desenvolvimento do ensino de língua estrangeira na modalidade escrita;	X		
Equipe reduzida na composição da Coordenação Pedagógica.	Reorganização da equipe de coordenação pedagógica.	Articulação horizontal e vertical de todos os segmentos do Colégio.	X		
Atendimento fonoaudiológico apenas para Educação Infantil e Séries iniciais do SEF 1.	Desvincular o atendimento de fonoaudiologia da Matriz curricular e ampliar o número de profissionais.	Ampliar o atendimento por meio de projetos específicos da Divisão de Fonoaudiologia	X		
Baixa frequência nos atendimentos do CAAF, relacionada ao curto período de permanência na instituição.	Oferecer outros atendimentos além do pedagógico e fonoaudiológico, ampliando o tempo de permanência do aluno na escola.	Formação de uma equipe multidisciplinar: Terapeuta Ocupacional, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Neurologista, Psicólogo, Pedagogo e Professor.		X	
Necessidade de um atendimento multidisciplinar nos diferentes segmentos do CAP/INES	Constituição de equipes multidisciplinares (Terapeuta Ocupacional, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Neurologista, Psicólogo, Pedagogo) por segmentos.	Atuação multidisciplinar focada nas necessidades específicas e inerentes a cada setor.		X	
Ausência de critérios específicos de frequência dos alunos do CAAF, devido às especificidades do setor	Elaborar normas de funcionamento do CAAF	Normatização do CAAF	X		
Dificuldade quanto à terminalidade de alunos que apresentam comprovada defasagem idade/série, que não puderam atingir os objetivos parâmetros curriculares pelo ensino básico.	Organizar programas curriculares pautados em habilidades e competências e atividades ocupacionais; relatório individual do aluno indicando a terminalidade.	Certificação específica de estudo (Terminalidade Específica)		X	
A estrutura de seriação, atual do SEF N não atende as necessidades do	Propor debates com profissionais e alunos do segmento para	Desenvolver uma proposta curricular que contemple as necessidades dos alunos	X		

estudante.	modificar a estrutura atual.	oferecendo uma formação de qualidade.			
Discordância quanto à definição do número de alunos por turma	Discussão ampla e democrática sobre o limite de alunos por turma em cada segmento	Redefinição do número de alunos por turma.	X		
CAAF e NEA não estão no organograma	Incorporação do CAAF e NEA no organograma vinculados à COADE	Efetivação dos dois segmentos		X	
Pouca articulação entre os segmentos escolares	Reuniões pedagógicas periódicas envolvendo equipes do mesmo segmento e de segmentos diferentes, em momentos distintos.	Proposta curricular articulada	X		
Estrutura curricular e de disciplinas pouco adaptada a realidade e necessidades da educação, diante das mudanças histórico-culturais e tecnológicas do mundo moderno. Ausência da disciplina de Libras no quadro curricular do Ensino Médio.	Formar grupo de trabalho para elaborar uma nova proposta curricular.	Aprimorar o currículo e as disciplinas para melhor atender as necessidades pedagógicas que envolvem a educação de surdos.	X	X	
Aumento da demanda dirigida ao Serviço Multimeios.	Ampliação da equipe, com profissionais especializados; Realização de cursos de curta duração (Word, Excel, Power Point, etc.) para profissionais do CAp.	Ampliação do Serviço do Multimeios, aproximando da equipe de Coordenação Pedagógica.		X	

Evasão escolar	Estudo e pesquisa sobre as causas de evasão escolar.	Evitar ocorrência de evasão escolar.	X	X	
Reavaliação de horários para realização de atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão	Formar grupo de trabalho para estruturar a carga horária docente com o objetivo de permitir a compatibilidades das atividades, sem prejuízo aos alunos.	Permitir a indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão.	X	X	
Estrutura administrativa e regimento interno necessitando reajustes	Rediscussão do Regimento Interno	Construir um Regimento Interno que assegure a democratização do Instituto e contemple as novas necessidades do CAP/INES.		X	X

X. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANTUNES, Celso. **Vygotsky, quem diria?!: em minha sala de aula**. 5ª. ed. / fascículo 12. Petropolis, RJ: Vozes, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Lei nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: < www.portal.mec.gov.br>. Acessado em 20 nov. 2009.

_____. Lei nº 9394/96 e Decreto nº 2.208/97 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Disponíveis em: < www.portal.mec.gov.br>. Acessado em 10 jun. 2011.

_____. Lei nº 10.436/02 e Decreto nº 5.626/05 - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Disponíveis em: < www.portal.mec.gov.br>. Acessado em 20 nov. 2009.

_____. Lei nº 10.098/00 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Disponíveis em: < www.portal.mec.gov.br>. Acessado em 20 nov. 2009.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, v.1, 2 e 3: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para educação especial na educação básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio: linguagens, códigos e suas tecnologias**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1999.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e prática da inclusão: Dificuldades acentuadas de aprendizagem: deficiência múltipla**. Brasília, v.4, 2003.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e prática da inclusão: Dificuldades de comunicação e sinalização: surdocegueira e múltipla deficiência sensorial**. Brasília, v.6, 2003

_____. **Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010**. Define Diretrizes Curriculares para a Educação Básica.

BRITO, L. F. **Integração social e educação de surdos**. Rio de Janeiro: Babel editora, 1993.

BULHÕES, Paulo André M. de. A Atuação do assistente educacional em LIBRAS. **Fórum**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 7-9, jul/dez. 2006. Semestral.

CAMPELLO, Ana Regina. **Pedagogia Visual; Sinal na Educação dos Surdos**. IN: QUADROS, Ronice M. & PERLIN, Gladis (Org.). Estudos Surdos II. Petrópolis: Editora Arara Azul. 2007.

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, A.F. e CANDAU, V. M. (orgs.) **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CUNHA, Iole da. Neurobiologia do vínculo. In: CORRÊA FILHO, Laurista, CORRÊA, Maria Elena G. e FRANÇA, Paulo Sergio (Orgs.). **Novos olhares sobre a gestação e a criança até 3 anos: saúde perinatal, educação e desenvolvimento do bebê**. Brasília: L.G.E., 2002. p. 353-387.

DE PAULA, Liana Salmeron Botelho. Cultura escolar, cultura surda e construção de identidades na escola. **Revista brasileira de educação especial**. Universidade estadual paulista v. 15, nº 3. Marília: ABPEE, 2009. p. 407-416.

DIZEU, L.C.T.B e CAPORALLI, S.A. **A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito**. Educ. Soc. vol. 26 nº 91 Campinas May/Aug. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302005000200001&script=sci_arttext> Acessado em 07 jan. 2010.

FAVORITO, Wilma. **"O difícil são as palavras": representações de/sobre estabelecidos e outsiders na escolarização de jovens e adultos surdos**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. Brasil. 2006.

FLORES, Ana Cláudia F. **Monitor Surdo: que sujeito é esse?** 175p. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro, Centro Universitário Plínio Leite, 2005.

GADOTTI, Moacir. **O projeto político-pedagógico da escola na perspectiva de uma educação para a cidadania**. Disponível em: <<http://recife.ifpe.edu.br/pppi.php>>. Acessado em 20 nov. 2009.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. 2ª ed. São Paulo: Plexus, 2002.

GOMES, M. R. **Estudo Descritivo de uma Prática Interativo-Reflexiva para Professores em Formação Inicial: Subsídios para Formação de Professores de Crianças Surdocegas e aquelas com Deficiência Múltipla**. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006

HOFFMANN, Jussara Maria L. **Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. 5ª ed. Porto Alegre: Mediação, 1998. (Cadernos de Educação Infantil, v. 3).

MAZZOTA, Marcos J. S. **Educação especial no Brasil: História e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 2001.

NUNES, C. **Aprendizagem Activa na Criança com Multideficiência: guia para educadores**. Lisboa. Ministério da Educação Departamento de Educação Básica, 2001.

PEDREIRA, Silvia. Porque a palavra não adianta: um olhar sobre a inclusão escolar de surdos/as numa perspectiva intercultural. **Em XIV Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino: trajetórias e**

processos de ensinar e aprender: lugares, memórias e culturas. CD ROM 1 Anais. Porto Alegre : ENDIPE, 2008.

ROCHA, S. M. **Memória e História: a indagação de Esmeralda.** 1ª. ed. Petrópolis: Arara Azul, 2010. 190 p.

ROCHA, S. M. **O INES e a educação de surdos no Brasil: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos.** 2. ed. Rio de Janeiro: INES, 2008.

ROSA, Luciana Andrade Pais. **Jogos, brincadeiras, leitura e escrita:** relações importantes na educação de crianças surda. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Letras e Ciências Humanas. Duque de Caxias, UNIGRANRIO, 2010.

SILVA, T. Tadeu (Org.). **Documentos de identidade – uma introdução às teorias do currículo.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SKLIAR, Carlos. **Educação e exclusão:** abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 2000.

TARDIF, Maurice e LESSARD, Claude. O trabalho docente hoje: elementos para um quadro de análise. Em TARDIF, Maurice e LESSARD, Claude. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

TEDESCO, Juan Carlos e FANFANI, Emílio Tenti. Nuevos maestros para nuevos estudiantes. Em PREAL. **Maestros en América Latina: nuevas perspectivas sobre su formación y desempeño.** Santiago: Editorial San Marino, 2004.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** Campinas, SP: Papirus, 1995.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro e RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de (org.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico.** Campinas, SP: Papirus, 1998.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. Organização: Michael Cole [et al.]. Tradução: José Cipolla Neto [et al.]. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WINNICOTT, D. W. **O ambiente e os processos de maturação:** estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Tradução: Irineo Constantino Schuch Ortiz. Porto Alegre: Artmed, 1983.

ANEXOS

ANEXO I

BLOCO I

Parte 1

Identificação do Participante

1. Você é:

☐ Pessoa surda ☐ Pessoa ouvinte

2. A que segmento você pertence no INES?

☐ Aluno ☐ Pai / responsável ☐ Funcionário

3. Se funcionário, onde você atua?

4. Qual o seu sexo?

☐ Feminino ☐ Masculino

5. Qual o seu estado civil?

☐ Solteiro(a) ☐ Mora com companheiro(a) ☐ Divorciado(a)
☐ Casado(a) ☐ Separado(a) ☐ Viúvo(a)

6. Qual a sua religião?

☐ Católica ☐ Islâmica ☐ Nenhuma
☐ Evangélica ☐ Candomblé ☐ Outra _____
☐ Espírita ☐ Umbanda
☐ Budista ☐ Judaísmo

7. Você tem casa própria?

☐ Sim ☐ Não

8. Em qual região você reside atualmente?

☐ Zona Sul ☐ Centro ☐ Outra _____
☐ Zona Norte ☐ Baixada Fluminense
☐ Zona Oeste ☐ Niterói

9. Qual o seu grau de escolaridade?

- | | |
|--|---|
| ☐ Sem escolaridade | ☐ Ensino Superior completo |
| ☐ Ensino Fundamental incompleto | ☐ Especialização |
| ☐ Ensino Fundamental completo | ☐ Mestrado |
| ☐ Ensino Médio incompleto | ☐ Doutorado |
| ☐ Ensino Médio completo | ☐ Pós-Doutorado |
| ☐ Ensino Superior incompleto | |

10. Quanto à Libras, você:

- ☐ Não compreende ☐ Compreende pouco ☐ Compreende razoavelmente ☐ Compreende bem
- ☐ Não fala ☐ Fala pouco ☐ Fala razoavelmente ☐ Fala bem.

11. Quanto à Língua Portuguesa, você:

- ☐ Não compreende ☐ Compreende pouco ☐ Compreende razoavelmente ☐ Compreende bem
- ☐ Não fala ☐ Fala pouco ☐ Fala razoavelmente ☐ Fala bem
- ☐ Não lê ☐ Lê pouco ☐ Lê razoavelmente ☐ Lê bem
- ☐ Não escreve ☐ Escreve pouco ☐ Escreve razoavelmente ☐ Escreve bem.

12. Em relação a outras línguas:

- Língua Americana de Sinais – ASL (American Sign Language)

- ☐ Não compreende ☐ Compreende pouco ☐ Compreende razoavelmente ☐ Compreende bem
- ☐ Não fala ☐ Fala pouco ☐ Fala razoavelmente ☐ Fala bem.

- Inglês

- ☐ Não compreende ☐ Compreende Pouco ☐ Compreende Razoavelmente ☐ Compreende Bem
- ☐ Não fala ☐ Fala pouco ☐ Fala razoavelmente ☐ Fala bem
- ☐ Não lê ☐ Lê pouco ☐ Lê razoavelmente ☐ Lê bem
- ☐ Não escreve ☐ Escreve pouco ☐ Escreve razoavelmente ☐ Escreve bem.

- Língua Francesa de Sinais – LSF (Langue des Signes Française)

- ☐ Não compreende ☐ Compreende pouco ☐ Compreende razoavelmente ☐ Compreende bem
- ☐ Não fala ☐ Fala pouco ☐ Fala razoavelmente ☐ Fala bem.

- Francês

☐ Não compreende ☐ Compreende Pouco ☐ Compreende Razoavelmente ☐ Compreende Bem

☐ Não fala ☐ Fala pouco ☐ Fala razoavelmente ☐ Fala bem

☐ Não lê ☐ Lê pouco ☐ Lê razoavelmente ☐ Lê bem

☐ Não escreve ☐ Escreve pouco ☐ Escreve razoavelmente ☐ Escreve bem.

- Língua Espanhola de Sinais – LSE (Lenguaje Gestual Español)

☐ Não compreende ☐ Compreende pouco ☐ Compreende razoavelmente ☐ Compreende bem

☐ Não fala ☐ Fala pouco ☐ Fala razoavelmente ☐ Fala bem.

- Espanhol

☐ Não compreende ☐ Compreende pouco ☐ Compreende razoavelmente ☐ Compreende bem

☐ Não fala ☐ Fala pouco ☐ Fala razoavelmente ☐ Fala bem

☐ Não lê ☐ Lê pouco ☐ Lê razoavelmente ☐ Lê bem

☐ Não escreve ☐ Escreve pouco ☐ Escreve razoavelmente ☐ Escreve bem

13. Você tem hábito de leitura?

☐ Sim

☐ Não

14. Quantos livros, em média, você lê por ano?

☐ Nenhum

☐ De 2 a 10 livros

☐ Um livro

☐ Mais de 10 livros

15. Qual das opções você mais utiliza para se manter informado?

☐ Jornal

☐ Internet

☐ Televisão

☐ Celular

☐ Rádio

☐ Conversas com outras pessoas

☐ Revista

☐ Não tenho me mantido informado

16. Você tem computador?

☐ Sim

☐ Não

17. Você é usuário de computador?

☐ Sim

☐ Não

18. Você usa a internet?

() Sim

() Não

19. Onde você faz uso de internet?

() Em casa

() Na escola

() No trabalho

() Em Lan house

() Em outros lugares

20. Que atividades fazem parte da sua vida e com que frequência?

	Semanalmente	Ao menos 1 vez por mês	Ao menos 1 vez por ano	Menos que 1 vez por ano	Nunca
Vai ao cinema					
Vai ao teatro					
Vai ao estádio					
Vai ao museu					
Vai ao shopping					
Vai ao parque					
Vai à igreja					
Vai à praia					
Vai a bares/ danceterias					
Acessa a Internet					
Assiste a shows/concertos					
Lê um livro					
Viaja a passeio					
Conversa com amigos/familiares					
Dedica-se a trabalhos manuais					
Pratica esportes					

Parte 2

Discutindo a Surdez

1. Para você a surdez é, principalmente:

- ☐ Uma deficiência
- ☐ Uma diferença linguística

2. As principais causas de surdez, no Brasil, são: rubéola, meningite, sífilis, síndromes genéticas, fatores hereditários, consangüinidade, causas desconhecidas, causas peri natais decorrentes de prematuridade, entre outras. Você acha que suas consequências influenciam no rendimento escolar do surdo?

- ☐ Sim ☐ Não ☐ em alguns casos

Por quê? _____

3. A surdez interfere na escolarização do surdo?

- ☐ Sim ☐ Não

Por quê? _____

4. A surdez interfere nas relações sociais do surdo com ouvintes?

- ☐ Sim ☐ Não

Por quê? _____

5. A maioria dos nossos alunos surdos, inseridos no mercado de trabalho, estão ocupando atividades de baixa qualificação e baixo salário. Isso se deve, principalmente:

- ☐ À escolaridade
- ☐ À limitação linguística

6. Em sua opinião a aquisição da língua oral na educação de surdos é:

- ☐ Importante
- ☐ Indiferente
- ☐ Sem importância

7. Em continuidade à pergunta 7, na sua opinião, o ensino da língua portuguesa, na modalidade oral deve ser oferecido:

- ☐ Para todos os alunos
- ☐ Somente para os alunos da Educação Infantil e Séries iniciais
- ☐ Para nenhum aluno

8. A falta de acesso à informação interfere na escolarização do surdo?

- ☐ Sim ☐ Não

Por quê? _____

9. O surdo fluente em Libras tem mais acesso a informação e ao conhecimento?

- ☐ Sim ☐ Não

Por quê? _____

10. O surdo fluente em língua portuguesa oral tem mais acesso a informação e ao conhecimento?

- ☐ Sim ☐ Não

Por quê? _____

11. O surdo fluente em Libras tem mais condições de desenvolvimento educacional e social?

- ☐ Sim ☐ Não

Por quê? _____

12. O surdo fluente em língua portuguesa oral tem mais condições de desenvolvimento educacional e social?

- ☐ Sim ☐ Não

Por quê? _____

13. A pessoa surda que desde o nascimento vive em um ambiente que estimula o desenvolvimento de uma língua pode ter um melhor desempenho escolar se comparada com quem não recebeu esse tipo de estímulo?

- ☐ Sim ☐ Não

Por quê? _____

BLOCO II

Parte 1

Identificação do Participante

Você é:

☐ Pessoa surda ☐ Pessoa ouvinte

Parte 2

Conversando sobre Linguagem

1. **Você acha que a Língua de Sinais é a língua natural do surdo?**
☐ Sim ☐ Não

2. **Onde o surdo adquire a Língua de Sinais?**
☐ No convívio com a família

☐ No contato com outros surdos

☐ Na escola regular

☐ Com vizinhos e/ou amigos surdos

☐ Com vizinhos e/ou amigos ouvintes

☐ Na escola de surdos

☐ Na igreja

3. **Em sua opinião é importante que a criança surda mantenha contato na escola com ouvintes fluentes em Língua Portuguesa, o mais cedo possível?**
☐ Sim ☐ Não

4. **Em sua opinião é importante que a criança surda mantenha contato na escola com outros surdos fluentes em LIBRAS, o mais cedo possível?**
☐ Sim ☐ Não

5. **Para você a forma de comunicação preferencial da pessoa surda é:**
☐ Língua de Sinais

- ☐ Língua Portuguesa oral
- ☐ Língua Portuguesa escrita
- ☐ Português Sinalizado
- ☐ Gestos naturais

6. A Língua de Sinais é uma língua como qualquer outra?

- ☐ Sim
- ☐ Não

7. No INES, a Língua de Sinais é tratada com menos importância se comparada com a língua portuguesa?

- ☐ Sim
- ☐ Não

8. Onde você acha que a Língua de Sinais deve ser priorizada no INES?

- ☐ Na disciplina LIBRAS
- ☐ Em todas as disciplinas
- ☐ Em todos os ambientes da instituição

9. Onde a língua portuguesa oral deve ser priorizada no INES?

- ☐ No atendimento fonoaudiológico
- ☐ Em todas as disciplinas
- ☐ Em todos os ambientes da instituição

10. Onde a língua portuguesa escrita deve ser priorizada no INES?

- ☐ Na disciplina de língua portuguesa
- ☐ Em todas as disciplinas
- ☐ Em todos os ambientes da instituição

Parte 3

Questões sobre Bilingüismo

- 1) **Há dez anos o INES deu início aos cursos de LIBRAS visando subsidiar a educação bilíngue – LIBRAS/língua portuguesa. No entanto observamos que a grande maioria dos funcionários e familiares não domina a língua de sinais. Para você, isso acontece principalmente por que:**
 - () Os cursos oferecidos não são suficientes para aquisição da LIBRAS
 - () A instituição não oferece horários compatíveis com a disponibilidade dos funcionários e familiares
 - () Não há interesse dos funcionários e familiares em aprender LIBRAS

- 2) **Qual o horário mais adequado de oferecer aos funcionários e familiares o aprendizado da LIBRAS?**
 - () No horário de sua permanência no INES
 - () Fora do horário de sua permanência no INES.

- 3) **O que você entende por educação bilíngue no INES?**
 - () Não sei
 - () O uso das duas línguas no ensino
 - () O uso das duas línguas em todo espaço escolar
 - () As duas opções anteriores
 - () Nenhuma dessas opções

- 4) **Todos os profissionais do INES devem ser bilíngues - LIBRAS/língua portuguesa?**
 - () Sim () Não

- 5) **Qual a forma mais adequada de se adquirir a LIBRAS?**
 - () Assistemática – no pátio, no próprio trabalho, no contato com os alunos/surdos adultos
 - () Sistemática – oficinas de linguagem, cursos formais, laboratórios
 - () Ambas

- 6) **Qual o modelo educacional bilíngue que atenderia a sua expectativa em relação ao ensino-aprendizagem?**
 - () Língua de sinais e português oral e escrito desde a estimulação precoce
 - () Língua de sinais desde a estimulação precoce, introduzindo o português escrito da Educação Infantil (a partir do Jardim) até o Ensino Médio
 - () Língua de sinais desde a estimulação precoce e posteriormente o português oral e escrito

- 7) **Para o ensino e aprendizagem do português como uma segunda língua seria preciso:**
- () Aula complementar todos os dias
 - () Aula complementar duas vezes por semana
 - () Não é necessário aula complementar
- 8) **Em sua opinião, dentro de uma proposta de educação bilíngüe, a escola deve oferecer o ensino:**
- () Em horário integral
 - () Em turnos – manhã, tarde, noite

Parte 4

Discutindo o Ensino

- 1) **A educação do INES deveria preparar o aluno para:**
- () O acesso à universidade
 - () O mercado de trabalho
 - () Ambos
- 2) **Que atividades complementares o INES poderia oferecer?**
- () Teatro
 - () Música
 - () Dança
 - () Biblioteca multimídia, narração de histórias
 - () Atividades recreativas
 - () Eventos culturais (feiras, exposições)
 - () Olimpíadas de matemática
 - () Jogos (xadrez, RPG)
 - () Atividades esportivas
 - () Outra: _____

3) A participação da família do aluno é importante?

() Sim () Não

4) Se você acha importante, de que maneiras?

() Fazendo curso de Libras

() Participando de encontro de pais

() Participando de reuniões com outros profissionais

() Participando de fóruns, seminários e congressos do INES

() Acompanhando as tarefas de casa

() conversando/ orientando?

() Outras: _____

5) Como você avalia o ensino do INES hoje?

() Muito bom

() Bom

() Regular

() Insuficiente

ANEXO II

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS

Fórum do Projeto Político Pedagógico - 2011

Programação - dia 24 de agosto

8h - Abertura Diretora Geral Solange Maria da Rocha

8h10min/10h - Ensino Público no Brasil

- Prof. Dr. Roberto Leher

- Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos

- Profa. Dra. Lucia Maria Wanderley Neves

- Profa. Dra. Solange Maria da Rocha

10h30min/11h30min – Debate

11h30min/12h – Fechamento

12h/13h – Almoço

13h/14h - Surdez e Educação de Surdos

- Alexandre Guedes Pereira Xavier - Comissão do PDI

- Yrlla Ribeiro de Oliveira Carneiro da Silva – Comissão PPP

14h/15h30min - Debate

15h30min - Fechamento com os debatedores

16h - Encerramento

Programação - dia 25 de agosto

8h/12h – Grupos de discussão sobre os temas do dia anterior e elaboração de relatório.

12h/13h – Almoço

13h/14h - Educação Bilíngue – LIBRAS / língua de instrução

- Alex Curione de Barros

14h/15h - Educação Bilíngue – Língua portuguesa / modalidade escrita

- Wilma Favorito

- Maria Lúcia Martins da Cunha

15h/15h30min - lanche

15h30min/16h30min Educação Bilíngue – Língua portuguesa/modalidade oral

- Helena Dale Couto

- Mônica A. Carvalho Campello

16h30min/18h - Debate

18h – Fechamento com os debatedores

18h30min – Encerramento

Programação - dia 26 de agosto

8h/10h Paradigmas teórico filosóficos no PPP

- Joyce Lys Saback Nogueira de Sá

- Rita de Cassia H. Nacajima Pinto

- Elaine Constant Pereira de Souza

10h/10h30min – Lanche

10h30min/12h - Debate

12h/13h. Almoço

13h/17h - Discussão e relatório final

15h/15h30min – Lanche

17h - Encerramento

ANEXO III

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS
DEPARTAMENTO TÉCNICO PEDAGÓGICO
DEPART. DE DESENV. HUMANO, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO COLÉGIO **DE APLICAÇÃO DO INES**

I - INTRODUÇÃO:

Começaremos esclarecendo o próprio título: “projeto político-pedagógico”. Entendendo que todo projeto pedagógico é necessariamente político. Poderíamos denominá-lo, portanto, apenas “projeto pedagógico”. Mas, a fim de dar destaque ao político dentro do pedagógico, resolvemos desdobrar o nome em político – pedagógico.

Frequentemente se confunde **projeto** com **plano**. Certamente o plano diretor da escola – como conjunto de objetivos, metas e procedimentos – faz parte do seu projeto, mas não é todo o seu projeto.

Não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também político. O projeto pedagógico da escola é, por isso mesmo, sempre um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola”

Neste sentido, apresentamos, nesse documento, os fundamentos teóricos e os objetivos do projeto político-pedagógica de nossa escola.

Esse trabalho, iniciado em 1997 e concluído esse ano, foi realizado pela equipe da COAPP, representantes da DISOP, representantes da DIFON, Chefia da DIESP e Direções do DETEP e DDHCT, através de reuniões de equipes, reuniões do Centro de Estudos e de dinâmicas, que envolveram todo o corpo técnico e docente do DETEP e DDHCT, além das contribuições do consultor Carlos Scliar e do monitor Alex Curione.

Lembramos que, há alguns anos, a comunidade acadêmica do INES vem levantando a necessidade de discutirmos com clareza e objetividade o projeto político-pedagógico da instituição.

Esse é o primeiro passo, definimos, coletivamente, as diretrizes básicas desse projeto. Agora, resta o compromisso, de todos, em continuar o trabalho, elaborando, no próximo ano, os projetos setoriais, isto é, os currículos da Educação Infantil, Educação Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos.

I – FUNDAMENTOS:

d) Éticos-Políticos:

Ao conceber a surdez como uma experiência visual e como uma construção histórica, comunitária e lingüística, independente da deficiência sensorial, assumimos o compromisso com uma educação democrática e participativa que assegure a formação de cidadãos críticos, autônomos e solidários

e) Epistemológicos:

Aqui falamos do “conhecimento escolar”

O conhecimento escolar é um conhecimento selecionado a partir de uma cultura social mais ampla, associado diretamente ao que se entende como conhecimento socialmente válido e legítimo. Porém, os critérios de seleção e de legitimação desse conhecimento não são construídos a partir de critérios exclusivamente epistemológicos ou referenciados em princípios de ensino-aprendizagem, mas a partir de um conjunto de interesses que expressam relações de poder na sociedade.

Buscamos a partir de uma nova perspectiva, oportunizar o acesso a um conhecimento reflexivo e crítico, não hierarquizado, de construção e recriação permanente, numa relação dialógica entre aprendizes surdos e seus próprios saberes, professores e as exigências da realidade social mais ampla.

f) Didático-Pedagógico:

Princípios sócio-interacionais trazem uma nova relação entre professores, alunos e conhecimento. Ao contrário de outras abordagens que vêem no professor ou no aluno o foco da aprendizagem, pela visão sócio-interacional de aprendizagem o foco de atenção inclui ***“tanto professores quanto alunos interagindo em um contexto de ação, a sala de aula. Desta maneira, o conhecimento é atendido como sendo construído através da interação por aprendizes e pares mais competentes (o professor ou outros aprendizes) no esforço de resolução de tarefas, explorando o nível em que o aluno está e o seu nível em potencial para aprender (Vigotsky, 1994). Por isso o processo de interação em sala de aula tem que ser entendido em toda a sua complexidade, envolvendo dificuldades e sucessos na compreensão, negociação das perspectivas diferentes dos participantes e o controle da interação por parte dos mesmos até que o conhecimento seja compartilhado (Edward & Mercer, 1987; 1). Neste quadro, o professor tem a função central de construir andaimes (Bruner, 1986) que ajudarão o aluno no processo de aprendizagem e que serão retirados no momento que este demonstrar controle consciente sobre o conhecimento. Este fato marcará a passagem da competência, o momento quando o aprendiz alcança autonomia em relação ao professor.***

II – OBJETIVOS POLÍTICOS-PEDAGÓGICOS:

a) Objetivos Gerais

- Formar cidadãos autônomos críticos e solidários com competência comunicativa e capacidade de argumentação nas relações interpessoais.
- Promover atividades curriculares que desenvolvam os aspectos cognitivos, lingüísticos, emocionais e sociais respeitando as diferenças e assegurando a plena socialização do aluno na comunidade surda e ouvinte.
- Garantir ao alunado, o mais cedo possível, a aquisição de LIBRAS como primeira língua, possibilitando assim seu pleno desenvolvimento emocional, cognitivo, social e de conhecimento de mundo.
- Proporcionar as condições do ensino de Língua Portuguesa como 2ª Língua, nas habilidades de leitura e de escrita.
- Proporcionar o desenvolvimento da modalidade oral da Língua Portuguesa, através do atendimento fonoaudiológico e generalizando o seu uso em outros contextos escolares.
- Promover o processo educacional através de diferentes arquiteturas escolares (função do educador, currículo, didática, dinâmica, etc...).
- Oferecer programas de orientação, qualificação e encaminhamento profissional em consonância com as transformações sociais e tecnológicas do mundo atual.
- Proporcionar aos familiares dos educandos orientações que favoreçam a participação dos mesmos no processo educacional.

b) Objetivos Específicos:

- Assegurar a continuidade do desenvolvimento dos projetos e atividades que possibilitem a plena atuação dos profissionais surdos e dos intérpretes nas atividades didático – pedagógicas, recreativas, artísticas e culturais realizadas junto ao corpo técnico, docente e discente do Colégio de Aplicação.
- Garantir a co-participação de monitores surdos no planejamento, condução e avaliação educacional.
- Criar dinâmicas e atividades para que os alunos desenvolvam competência em LIBRAS através de surdos adultos como modelos lingüísticos.
- Proporcionar ambiente de convivência harmônica entre alunos/alunos e alunos/profissionais de forma participativa com respeito mútuo e de responsabilidade social.
- Desenvolver atividades curriculares relacionadas às produções e processos artísticos, comunitários culturais dos surdos.
- Promover o aprimoramento profissional do corpo técnico e docente em consonância com os objetivos do projeto político-pedagógico.
- Orientar os familiares sobre as implicações sócio-psico-linguísticas da surdez, através de atividades que promovam a interação entre alunos, familiares, profissionais e comunidade surda.

III - PROJETOS SETORIAIS (CURRÍCULO)

Definem objetivos, metodologia, conteúdos, critérios e instrumentos de avaliação para a Educação Infantil, Educação Fundamental, Ensino Médio e Educação para Jovens e Adultos.

Vale no entanto ressaltar que a visão de currículo que nos norteia não é meramente técnica. Não podemos nos limitar a discutir programas, conteúdos, grades e cargas horárias e sim buscar o entendimento de que o currículo é um artefato social e cultural.

Nesse sentido, o currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. (MOREIRA & SILVA, 1995)

Nessa perspectiva, currículo é o resultado de forças sociais, políticas e pedagógicas

que expressam a organização dos saberes vinculados à construção de sujeitos sociais. Currículo e conhecimento são duas idéias indissociáveis, pois o currículo tem a ver com o processo pelo qual o indivíduo adquire, assimila e constrói conhecimentos em um tipo particular de experiência proporcionada pela práxis da escola.

Currículo, portanto, é ação, é trajetória, é caminhada construída coletivamente e em cada segmento da realidade escolar de forma diferenciada. É um processo dinâmico, mutante, sujeito a inúmeras influências, portanto aberto e flexível. Acreditamos assim, que um currículo orientado para o ensino de surdos precise incorporar as distintas realidades de cada segmento escolar, ter propostas e estratégias diferenciadas para cada uma delas e acima de tudo buscar aprimorar sempre os fundamentos que compõem os alicerces constitutivos da identidade surda ao longo do tempo social e histórico e os processos específicos de sua cognição.

Desse modo é preciso ver os envolvidos no processo curricular não apenas como sujeitos cognitivos, mas, também, como sujeitos sociais. Enfim, um currículo emancipador para “sujeitos surdos”, historicamente situado e culturalmente considerado.

Esse nível estrutural do projeto pedagógico do **CAP/INES** será **debatido** e elaborado no decorrer do ano letivo de 1999, de acordo com os fundamentos e objetivos políticos-pedagógicos aprovados esse ano.

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser formado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis aos campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores. (GADOTTI, 1997)

IV - REFERÊNCIAS

FREIRE, A. (1998). **Aquisição de Português como 2º língua: uma proposta de currículo**. Revista Espaço, Rio de Janeiro: INES, nº 9.

GADOTTI, M. e ROMÃO, J.E. (orgs) (1997). **Autonomia da Escola: Princípios e Propostas**: São Paulo, Cortez.

MOREIRA, A. F., & SILVA, T. T. (Orgs.). (1995). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: 6 Cortez.

